



PESQUISA DE ORÇAMENTOS FAMILIARES

2017 - 2018

PRIMEIROS RESULTADOS



IBGE
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Presidente da República
Jair Messias Bolsonaro

Ministro da Economia
Paulo Roberto Nunes Guedes

Secretário Especial de Fazenda
Waldery Rodrigues Junior

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente
Susana Cordeiro Guerra

Diretor-Executivo
Fernando José de Araújo Abrantes

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Eduardo Luiz G. Rios Neto

Diretoria de Geociências
João Bosco de Azevedo

Diretoria de Informática
David Wu Tai

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
Marise Maria Ferreira

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Maysa Sacramento de Magalhães

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Pesquisas
Coordenação de Trabalho e Rendimento
Cimar Azeredo Pereira

Ministério da Economia
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Diretoria de Pesquisas
Coordenação de Trabalho e Rendimento

Pesquisa de Orçamentos Familiares

2017-2018

Primeiros resultados



Rio de Janeiro
2019

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISBN 978-85-240-4505-9

© IBGE. 2019

Capa

Helga Szpiz e Marcos Balster Fiore Correia Coordenação
de Marketing/Centro de Documentação e Disseminação de
Informações - CDDI

**Ficha catalográfica elaborada pela Gerência de Biblioteca e Acervos
Especiais do IBGE**

Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018 : primeiros resultados / IBGE,
Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

69 p.

ISBN 978-85-240-4505-9

1. Orçamento familiar. 2. Pesquisa. 3. Brasil. I. IBGE. Coordenação de
Trabalho e Rendimento.

CDU 64.03:001.8
SOC

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

Sumário

Apresentação	5
Introdução	7
Notas técnicas	11
Conceitos e definições	11
Aspectos de amostragem	23
Principais aspectos da coleta de informações	28
Comentários dos resultados	37
Despesa total	38
Despesa de consumo	43
Despesa com alimentação	48
Rendimentos	54
Referências	63

Convenções

-	Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
..	Não se aplica dado numérico;
...	Dado numérico não disponível;
x	Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação;
0; 0,0; 0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo; e
-0; -0,0; -0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo.

Apresentação

Os propósitos principais das Pesquisas de Orçamentos Familiares - POFs, realizadas pelo IBGE, são disponibilizar informações sobre a composição orçamentária doméstica e sobre as condições de vida da população, incluindo a percepção subjetiva da qualidade de vida, bem como gerar bases de dados e estudos sobre o perfil nutricional da população.

O lançamento desta publicação dá início à divulgação da POF 2017-2018. A coleta da pesquisa foi realizada nas áreas urbana e rural em todo o Território Brasileiro, no período de junho de 2017 a julho de 2018. Da mesma forma, as duas pesquisas anteriores, POF 2002-2003 e POF 2008-2009, também apresentaram abrangência geográfica nacional.

Assim como na POF 2008-2009, novamente foi firmado um convênio com o Ministério da Saúde, propiciando o aporte de recursos financeiros e apoio técnico na investigação e na análise dos dados referentes à avaliação nutricional da aquisição domiciliar de alimentos e o consumo efetivo de alimentos, sendo este último uma novidade introduzida na POF 2008-2009. Para a POF 2017-2018, o tema consumo efetivo de alimentos foi novamente pesquisado.

Destaca-se no contexto da POF 2017-2018 a introdução da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar - EBIA, possibilitando agora avaliações que levem em consideração as informações de consumo das famílias, além de outras características. Ressalta-se ainda a importância dos dados sobre consumo das famílias e da EBIA para a construção de indicadores presentes nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS. Estes temas concernentes a saúde e segurança alimentar, entre outros tópicos, serão objetos de publicações futuras.

Os resultados ora divulgados referem-se às aquisições monetárias e não monetárias efetuadas, aos rendimentos e variação patrimonial, que são comentados e apresentados em diferentes detalhamentos geográficos, contendo, para algumas abordagens, a comparação com as pesquisas anteriores. A publicação apresenta, além disso, uma visão dos objetivos da pesquisa e da metodologia utilizada, com ênfase nos principais conceitos e definições, aspectos de amostragem, instrumentos e procedimentos de coleta e tratamento das informações.

Essas informações também estão disponíveis para download no portal do IBGE na Internet, bem como as tabelas de resultados. O IBGE agradece a todos que contribuíram para a realização da pesquisa, particularmente às famílias entrevistadas, e coloca-se à disposição dos usuários para quaisquer esclarecimentos.

Eduardo Luiz G. Rios Neto

Diretor de Pesquisas

Introdução

A Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF visa, principalmente, mensurar as estruturas de consumo, dos gastos, dos rendimentos e parte da variação patrimonial das famílias. Possibilita traçar, portanto, um perfil das condições de vida da população brasileira a partir da análise de seus orçamentos domésticos.

Além das informações diretamente associadas à estrutura orçamentária, várias características dos domicílios e das famílias são investigadas, ampliando o potencial de utilização dos resultados da pesquisa. É possível, portanto, estudar a composição dos gastos das famílias segundo as classes de rendimentos, as disparidades regionais, as áreas urbana e rural, a extensão do endividamento familiar, a difusão e o volume das transferências entre as diferentes classes de renda e a dimensão do mercado consumidor para grupos de produtos e serviços.

Outros temas, também, fortemente relacionados às condições de vida são destaque nas POFs, a exemplo da investigação subjetiva sobre a qualidade de vida das famílias e de um amplo conjunto de variáveis que é investigado para a avaliação do perfil nutricional da população residente no Brasil. Para tanto, novamente foi executado o módulo de investigação sobre consumo efetivo de alimentos, para pessoas moradoras com 10 anos ou mais de idade e, pela primeira vez nas POFs, a aplicação da EBIA. Cabe ressaltar aqui a relevância do tema segurança alimentar no âmbito dos ODS, onde vários indicadores devem ser atualizados a partir da disponibilidade dos dados da pesquisa.

Essa primeira publicação da POF 2017-2018 contempla os temas despesas, rendimentos e variação patrimonial das famílias, aspectos básicos para a análise dos orçamentos domésticos. Os resultados referentes às despesas e rendimentos são apresentados nos enfoques mo-

netário e não monetário. Os diversos tipos de despesas investigados são comentados segundo as classes de rendimentos e segundo recortes geográficos de interesse. Os rendimentos e a variação patrimonial são abordados de acordo com a sua composição. Alguns dos elementos sob análise são abordados segundo a evolução no tempo.

Para propiciar a compreensão dos resultados aqui apresentados, assim como estudos futuros, os conceitos adotados na pesquisa e sua metodologia constituem parte dessa publicação.

A POF, por investigar temas tão diversos, possui múltiplas aplicações, tais como: contribuir com informações para subsidiar políticas públicas na área social para melhoria das condições de vida da população, incluir as políticas públicas temáticas nos campos da nutrição, orientação alimentar, saúde, moradia, entre outras. Para o setor privado, a pesquisa pode ser útil na definição de estratégias de investimentos em que o conhecimento do perfil do consumidor e da demanda por bens e serviços seja determinante. Sob a ótica da qualidade das estatísticas públicas, destacam-se as atualizações das estruturas de ponderação das medidas de inflação, em particular do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor - SNIPC, produzido pelo IBGE, e da parcela de consumo das Contas Nacionais e Regionais do Brasil. A relevância destes aspectos para o País e a crescente necessidade de conhecimento da realidade brasileira relacionada ao perfil socioeconômico da população, retratado a partir dos orçamentos domésticos, bem como a forte demanda de diferentes usuários por informações atualizadas, justificaram a realização, pelo IBGE, da POF 2002-2003, com abrangência geográfica nacional. A execução das POFs 2008-2009 e agora da POF 2017-2018, mantendo a abrangência nacional, possibilitam acompanhar no tempo a evolução do perfil do orçamento familiar.

A POF 2017-2018 é a sexta pesquisa realizada pelo IBGE sobre orçamentos familiares. As pesquisas anteriores foram o Estudo Nacional de Despesa Familiar - ENDEF 1974-1975, com âmbito territorial nacional – à exceção das áreas rurais das Regiões Norte e Centro-Oeste, a POF 1987-1988, a POF 1995-1996, a POF 2002-2003 e a POF 2008-2009. As POFs dos anos 1980 e 1990 foram concebidas para atender, prioritariamente, a atualização das estruturas de consumo dos índices de preços ao consumidor produzidos pelo IBGE, sendo realizadas nas Regiões Metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, no Município de Goiânia e no Distrito Federal. A POF 2002-2003 e a POF 2008-2009 dão igual prioridade às demais aplicações anteriormente mencionadas.

Assim, dada a existência de novas demandas, além da realização da pesquisa em todo Território Brasileiro, as POFs dessa década apresentam diferenças importantes em relação às anteriores. Em face da necessidade de informações detalhadas sobre as condições de vida a partir do consumo, especialmente das famílias de menor rendimento, incluiu-se no âmbito das pesquisas a área rural e foram investigadas as aquisições não monetárias.

Destaque-se que o desenho da amostra foi estruturado de tal modo que propicia a publicação de resultados nos seguintes níveis: Brasil, Grandes Regiões (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste) e, também, por situações urbana e rural. Para as Unidades da Federação, os resultados contemplam o total e a situação urbana. Nas nove regiões metropolitanas e nas capitais das Unidades da Federação, os resultados correspondem à situação urbana.

A amostra da POF 2017-2018 manteve características do desenho aplicado à POF 2008-2009, mantendo sua concepção segundo o conceito de amostra mestra, que o IBGE adota para todas as pesquisas domiciliares por amostra no contexto mais amplo do projeto de reformulação dessas pesquisas – a construção do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares - SIPD.

Cabe ainda, nessas considerações iniciais, esclarecer sobre a adoção do termo família nas publicações de resultados da POF. A POF é uma pesquisa realizada por amostragem, na qual são investigados os domicílios particulares permanentes. No domicílio, por sua vez, é identificada a unidade básica da pesquisa – unidade de consumo – que compreende um único morador ou conjunto de moradores que compartilham da mesma fonte de alimentação ou compartilham as despesas com moradia. É importante ressaltar que esta definição, que será detalhada mais adiante, segue as recomendações e práticas internacionais referentes às pesquisas similares.

O conceito de família no IBGE, também atendendo às recomendações internacionais, é especificamente adotado no Censo Demográfico e demais pesquisas domiciliares e refere-se às pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, sem referência explícita ao consumo ou despesas. Entretanto, na maior parte das situações, a unidade de consumo da POF coincide com a família, segundo o conceito adotado no IBGE. No ENDEF e nas POFs, para efeito de divulgação de resultados, o termo família tem sido utilizado para representar o conceito de unidade de consumo e, na presente publicação, este procedimento é mantido.

Notas técnicas

Conceitos e definições

Neste módulo, são apresentados os conceitos relacionados com os resultados desta publicação, segundo as seguintes variáveis: domicílios, unidades de consumo, pessoas, despesas, rendimentos e condições de vida. Antecede aos temas a descrição das referências temporais inerentes ao levantamento e à qualidade das informações sobre orçamentos familiares. Estas definições referentes à variável tempo são básicas para o entendimento dos conceitos e resultados da pesquisa.

Na Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2017-2018, três enfoques temporais foram utilizados.

Período de realização da pesquisa

Para propiciar a estimação de orçamentos familiares que contemplem as alterações a que estão sujeitos ao longo do ano, tanto as despesas quanto os rendimentos, definiu-se o tempo de duração da pesquisa em 12 meses. O período de realização da POF 2017-2018 teve início no dia 11 de julho de 2017 e término no dia 9 de julho de 2018.

Período de referência das informações de despesas e rendimentos

A investigação de uma grande diversidade de itens de despesas, com diferentes valores unitários e diferentes frequências de aquisição, requer definir períodos de observação variados. Em geral, as despesas

de menor valor são aquelas normalmente realizadas com mais frequência, enquanto as despesas de maior valor são realizadas com menor frequência. Além disso, a memória das informações relacionadas a uma aquisição com valor mais elevado é preservada por um período de tempo mais longo. Assim, com o objetivo de ampliar a capacidade do informante para fornecer os valores das aquisições realizadas e as demais informações a elas associadas, foram definidos quatro períodos de referência: sete dias, 30 dias, 90 dias e 12 meses, segundo os critérios de frequência de aquisição e do nível do valor do gasto.

Os rendimentos e as informações a eles relacionadas são coletados segundo o período de referência de 12 meses.

Como a operação da coleta tem duração de 12 meses, os períodos de referência das informações de despesas e rendimentos não correspondem às mesmas datas para cada domicílio selecionado. Para cada informante, os períodos de referência foram estabelecidos como o tempo que antecede à data de realização da coleta no domicílio. A exceção é o período de referência de sete dias, que é contado no decorrer da entrevista

Data de referência da pesquisa

Como as POFs combinam um período de coleta de 12 meses com períodos de referência de até 12 meses, adotado para alguns itens de despesa e para os rendimentos, as informações se distribuem em um período total de 24 meses. Durante os 24 meses mencionados, ocorrem mudanças absolutas e relativas nos preços, requerendo que os valores levantados na pesquisa sejam valorados a preços de uma determinada data.

A data de referência fixada para a compilação, análise e apresentação dos resultados da POF 2017-2018 foi 15 de janeiro de 2018.

Domicílio

Domicílio é a unidade amostral da pesquisa, consistindo também em importante unidade de investigação e análise para caracterização das condições de moradia das famílias.

Domicílio

É a moradia estruturalmente separada e independente, constituída por um ou mais cômodos, sendo que as condições de separação e independência de acesso devem ser satisfeitas.

A condição de separação é atendida quando o local de moradia é limitado por paredes, muros, cercas e outros, quando é coberto por um teto e permite que seus moradores se isolem, arcando com parte ou todas as suas despesas de alimentação ou moradia.

A independência é atendida quando o local de moradia tem acesso direto, permitindo que seus moradores possam entrar e sair sem passar por local de moradia de outras pessoas.

Domicílio particular permanente

Destina-se à habitação de uma ou mais pessoas, ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, sendo todo ou parte destinado exclusivamente à moradia.

Na POF, em função de seus objetivos e características, somente foram pesquisados os domicílios particulares permanentes.

Unidade de consumo

A unidade de consumo é a unidade básica de investigação e análise dos orçamentos. Para efeito de divulgação da POF, o termo “família” é considerado equivalente à unidade de consumo.

A unidade de consumo compreende um único morador ou conjunto de moradores que compartilham da mesma fonte de alimentação, isto é, utilizam um mesmo estoque de alimentos e/ou realizam um conjunto de despesas alimentares comuns. Nos casos onde não existia estoque de alimentos nem despesas alimentares comuns, a identificação ocorreu através das despesas com moradia.

Tamanho da unidade de consumo

Corresponde ao número total de moradores integrantes da unidade de consumo.

Estimativa do tamanho médio da unidade de consumo

Conceito utilizado no plano tabular, definido como a razão entre valor estimado da população no total e valor estimado do número de unidades de consumo no total. A mesma definição se aplica para o tamanho médio da unidade de consumo em cada classe de rendimento ou grupo de unidades de consumo.

Pessoas

Pessoa moradora

Pessoa que tinha o domicílio como residência única ou principal e que não se encontrava afastada deste por período superior a 12 meses. Aquelas que se achavam presentes por ocasião da coleta da pesquisa são consideradas moradores presentes. A pessoa é moradora ausente se, por ocasião da coleta, estava afastada temporariamente.

Total de pessoas moradoras

Conceito utilizado no plano tabular, que consiste na estimativa do total do número de pessoas moradoras presentes e ausentes das unidades de consumo na população ou em uma determinada classe. Equivale à estimativa da população residente a partir da POF.

Pessoa de referência da unidade de consumo

Foi considerada aquela pessoa responsável por uma das seguintes despesas: aluguel, prestação do imóvel ou outras despesas de habitação (condomínio, imposto predial, serviços, taxa, etc.). No caso em que nenhum morador satisfaz a pelo menos uma das condições acima, a pessoa de referência foi aquela assim considerada pelos moradores da unidade de consumo. Se mais de uma pessoa foi identificada pelos moradores, estabeleceu-se a idade mais alta como critério de escolha.

Relação com a pessoa de referência da unidade de consumo

Para cada pessoa moradora do domicílio, foi pesquisada a informação relacionada ao grau de parentesco ou sua natureza de subordinação doméstica em relação à pessoa de referência da unidade de consumo. Abaixo são apresentadas as categorias definidas para esta variável:

Quadro 1 - Relação com a pessoa de referência da unidade de consumo

01	Pessoa de referência	08	Pai, mãe, padrasto ou madrasta	15	Agregado(a)- não parente que não compartilha despesas
02	Cônjuge ou companheiro(a) de sexo diferente	09	Sogro(a)	16	Convivente – não parente que compartilha despesas
03	Cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo	10	Neto(a)	17	Pensionista
04	Filho(a) da pessoa de referência e do cônjuge	11	Bisneto(a)	18	Empregado(a) doméstico(a)
05	Filho(a) somente da pessoa de referência	12	Irmão ou irmã	19	Parente do(a) empregado(a) doméstico(a)
06	Filho(a) somente do cônjuge	13	Avô ou avó		
07	Genro ou nora	14	Outro parente		

Unidade de orçamento

Morador que teve alguma participação no orçamento da unidade de consumo no período de referência de 12 meses.

Os moradores ausentes, os moradores com menos de 10 anos de idade e os moradores cuja condição no domicílio fosse de empregado doméstico ou parente de empregado doméstico não foram pesquisados como unidade de orçamento. Nas situações de moradores com menos de 10 anos, as aquisições e rendimentos correspondentes são registrados juntamente com os da pessoa responsável pelo menor.

A unidade de orçamento é representada por:

a) Unidade de orçamento despesa

Morador cuja participação no orçamento da unidade de consumo representou a realização de aquisições que resultaram em despesas monetárias e/ou não monetárias.

b) Unidade de orçamento rendimento

Morador cuja participação no orçamento da unidade de consumo representou qualquer tipo de ganho monetário - remuneração do trabalho, transferência, aluguel de imóvel, aplicações financeiras, entre outros. Também foram consideradas todas as pessoas que exerceram algum tipo de trabalho não remunerado.

Despesas

A POF teve como objetivo principal pesquisar todas as despesas, que foram definidas como monetárias e não monetárias.

Despesas monetárias

São aquelas efetuadas através de pagamento, realizado à vista ou a prazo, em dinheiro, cheque ou com utilização de cartão de crédito.

Despesas não monetárias

São aquelas efetuadas sem pagamento monetário, ou seja, aquisição obtida através de doação, retirada do negócio, troca, produção própria, pescado, caçado e coletado durante os períodos de referência da pesquisa, disponíveis para utilização. As valorações das despesas não monetárias foram realizadas pelos próprios informantes, considerando os preços vigentes no mercado local.

O aluguel atribuído ao domicílio cuja condição de ocupação era diferente de alugado foi também contabilizado como despesa não monetária, assim como nas pesquisas anteriores.

É importante observar que as despesas não monetárias são iguais, em termos contábeis, aos rendimentos não monetários, com exceção do valor do aluguel estimado, cujo tratamento é explicitado na definição do rendimento. O critério adotado no tratamento das informações para as despesas não monetárias segue as recomendações contidas no documento *Informe de la conferencia* (2003), realizada pela Organização Internacional do Trabalho - OIT (International Labour Organization - ILO), em dezembro de 2003.

A forma de obtenção complementa a caracterização das despesas informadas.

Forma de obtenção

Refere-se à forma de obtenção dos produtos e serviços adquiridos pelas unidades de consumo. Foram coletadas informações sobre as aquisições monetária e não monetária. Deste modo, utilizou-se a forma de obtenção como variável de classificação das despesas, com o objetivo principal de identificá-las como monetárias e não monetárias.

Assim, foram definidas as seguintes categorias para a variável forma de obtenção:

1 - Monetária à vista para a unidade de consumo - quando o dispêndio realizado por qualquer membro na aquisição do produto ou serviço destinado à própria unidade de consumo teve o pagamento efetivado em dinheiro, cheque, cartão de débito bancário, vale-refeição, vale-transporte, etc., e foi praticado sem nenhum parcelamento.

2 - Monetária à vista para outra unidade de consumo - quando o dispêndio realizado por qualquer membro na aquisição do produto ou serviço destinado a outra unidade de consumo teve o pagamento efetivado em dinheiro, cheque, cartão de débito bancário, vale-refeição, vale-transporte, etc., e foi praticado sem nenhum parcelamento.

3 - Monetária a prazo para a unidade de consumo - quando o dispêndio realizado por qualquer membro na aquisição do produto ou serviço destinado à própria unidade de consumo teve o pagamento efetivado em dinheiro, cheque, cartão de débito bancário, cartão de crédito, vale-refeição, vale-transporte, etc., e foi praticado com qualquer tipo de parcelamento.

4 - Monetária a prazo para outra unidade de consumo - quando o dispêndio realizado por qualquer membro na aquisição do produto ou serviço destinado a outra unidade de consumo teve o pagamento efetivado em dinheiro, cheque, cartão de débito bancário, cartão de crédito, vale-refeição, vale-transporte, etc., e foi praticado com qualquer tipo de parcelamento.

5 - Cartão de crédito à vista para a unidade de consumo - quando a aquisição do produto ou serviço destinado à própria unidade de consumo foi monetária com cartão de crédito e praticada sem nenhum parcelamento. Também foram incluídas nessa categoria as aquisições realizadas no período de referência com cartão de crédito à vista que ainda não tinham sido pagas.

6 - Cartão de crédito à vista para outra unidade de consumo - quando a aquisição do produto ou serviço destinado a outra unidade de consumo foi monetária com cartão de crédito e praticada sem nenhum parcelamento. Também foram incluídas nessa categoria as aquisições realizadas no período de referência com cartão de crédito à vista que ainda não tinham sido pagas.

7 - Doação - quando, na aquisição do produto pelo morador, não houve nenhum dispêndio em dinheiro, cheque, cartão ou bens e serviços, ou seja, o produto foi adquirido ou obtido sem nenhum custo. Como exemplo: presentes, remédios recebidos em postos de saúde e cesta básica de alimentos fornecida pelo empregador.

8 - Retirada do negócio - quando a aquisição do produto pelo morador foi feita utilizando-se estoque não destinado ao consumo do domicílio e voltado para o comércio ou negócio a cargo do morador.

9 - Troca - quando um produto foi adquirido pelo morador mediante permuta por outro produto ou serviço.

10 - Produção própria - quando a aquisição do produto pelo morador representou uma retirada de sua própria produção (autoconsumo). Essa classificação só foi utilizada se nenhuma parte da produção foi comercializada, pois, caso contrário, representou uma retirada do negócio.

11 - Outra - quando foi verificada uma outra forma de aquisição que não se enquadrasse nas definições acima, como produto achado, produto roubado, entre outros.

Cabe ressaltar que, na classificação adotada na geração dos resultados para todos os tipos de aquisições, definiu-se como despesas monetárias aquelas correspondentes às categorias da variável forma de obtenção de 1 a 6, e como despesas não monetárias as correspondentes às categorias de 7 a 11.

Despesa total

Inclui todas as despesas monetárias realizadas pela unidade de consumo na aquisição de produtos, serviços e bens de qualquer espécie e natureza, e também as despesas não monetárias com produtos e bens, além do serviço de aluguel.

Compõem a despesa total todas as despesas monetária e não monetária correntes (despesas de consumo e outras despesas correntes), o aumento do ativo e a diminuição do passivo.

Despesas correntes

As despesas correntes incluem as despesas de consumo e as outras despesas correntes.

Despesas de consumo

Correspondem às despesas realizadas pelas unidades de consumo com aquisições de bens e serviços utilizados para atender diretamente às necessidades e desejos pessoais de seus componentes no período da pesquisa. Estão organizadas segundo os seguintes grupamentos: alimentação, habitação, vestuário, transporte, higiene e cuidados pessoais, assistência à saúde, educação, recreação e cultura, fumo, serviços pessoais e outras despesas diversas não classificadas anteriormente.

Nas tabelas de resultados, as despesas de consumo são apresentadas segundo as categorias relacionadas a seguir:

Alimentação

Aquisição total com alimentação realizada pela unidade de consumo, tanto a destinada e utilizada no domicílio quanto aquelas realizadas e consumidas fora do domicílio.

Na tabela específica de despesas com alimentação no domicílio, onde são apresentados detalhamentos por grupos de alimentos, no grupo "outros", incluíram-se todas as informações de aquisições de produtos agregados como, por exemplo, sacolão.

Habitação

Despesas com aluguel de moradia e eventuais adicionais incidentes por atrasos. Encontra-se incluído nesta categoria de despesa, para as situações dos domicílios cuja condição de ocupação é diferente de alugado, o aluguel não monetário (valor estimado que o informante pagaria se o domicílio estivesse alugado).

Despesas com condomínio e eventuais adicionais por atrasos.

Despesas com serviços e taxas de energia elétrica, telefone fixo, telefone celular, pacote de telefone, TV e Internet, gás de uso doméstico (gás encanado e gás de bujão), água e esgoto. Estão agregadas no item outros as despesas com acesso à Internet, TV por assinatura, outras despesas com locação de imóvel (contrato, depósito de locação, etc.), seguros sobre o imóvel (incêndio, roubo, etc.) e taxas de serviços em geral.

Despesas com manutenção e pequenos reparos com habitação como: cimento, tijolo, vidro, tinta, artigos de jardinagem (planta, terra, xaxim, etc.). Também estão incluídas as despesas com serviços domésticos (faxineira, lavadeira, passadeira, jardineiro, etc.), com dedetização e também despesas com aquisição de água, lenha e carvão vegetal.

Aquisições de artigos e produtos de limpeza do domicílio, tais como: água sanitária, vassoura de qualquer tipo, rodo, espanador e pano de chão.

Aquisições de eletrodomésticos e equipamentos do lar tais como: refrigerador, *freezer*, máquina de lavar roupas, máquina de lavar louça, fogão, aspirador de pó, *grill*, forno de micro-ondas, microcomputador, televisão, conjunto de som, aparelho de DVD e equipamentos elétricos e eletrônicos diversos.

Na linha “outras”, estão agregadas as despesas com conserto e manutenção de aparelhos domésticos, móveis, eletroeletrônicos e equipamentos do lar. Também estão incluídas as aquisições de mobiliários e artigos do lar, tais como: móveis, luminárias, adornos e enfeites, roupas de cama, mesa e banho, outros têxteis (como, por exemplo, cortinas) e artigos de copa e cozinha.

Vestuário

Despesas com a aquisição de roupas prontas para homem, mulher e crianças, calçados e apetrechos (bolsas e cintos), joias e bijuterias, tecidos e artigos de armarinho.

Transporte

Despesas habituais com transporte urbano, tais como: ônibus, táxi, metrô, integração, trem, barca, transporte alternativo, bonde e plano inclinado.

Inclui também as aquisições de combustível (gasolina e álcool) para veículo próprio, manutenção e acessórios, aquisição de veículos e despesas com viagens esporádicas (avião, ônibus, etc.).

Na linha “outras”, estão agregadas despesas como: estacionamento, pedágio, óleo diesel, gás combustível e seguro obrigatório.

Higiene e cuidados pessoais

Despesas com a aquisição de artigos de higiene e de beleza como perfume, produtos para cabelo, sabonete, instrumentos e produtos de uso pessoal como artigos de maquiagem, produtos de limpeza de pele, lâmina de barbear, alicate e cortador de unha.

Assistência à saúde

Despesas com produtos e serviços relativos à saúde, tais como: remédios, planos e seguros saúde, consulta e tratamento dentário, consulta médica, tratamento médico e ambulatorial (cauterização, curativo, nebulização, aplicação de raio *laser*, hemodiálise e outros), serviços de cirurgia, hospitalização, exames diversos (eletrodiagnóstico, exame de laboratório, radiografia, etc.) e material de tratamento (seringa, termômetro, teste de gravidez, óculos e lentes, etc.).

Na linha “outras”, estão agregadas as despesas e aquisições tais como: chupeta, mamadeira, ambulância (remoção), aluguel de aparelho médico, etc.

Educação

Despesas efetuadas com mensalidades e outras despesas escolares com cursos regulares (pré-escolar, fundamental e médio), curso superior de graduação, outros cursos e atividades (curso supletivo, informática, cursos de idioma e outros), livros didáticos e revistas técnicas, artigos escolares (mochila escolar, merendeira, etc.).

Na linha “outras”, estão agregadas as despesas tais como: uniforme escolar, matrícula e outras despesas com educação.

Recreação e cultura

Despesas com brinquedos e jogos (bola, boneca, *software*, etc.), celular e acessórios (aparelhos e acessórios de telefonia celular), livros, revistas e periódicos não didáticos (jornais, revistas infantis, etc.). Inclui, ainda, despesas com recreações e esportes (cinema, teatro, futebol, ginástica, artigos de caça, pesca, *camping*, etc.).

Na linha “outras”, estão agregadas as despesas com instrumentos musicais, equipamentos esportivos, artigos de acampamento e demais despesas similares.

Fumo

Despesas com cigarros, charutos, fumo para cachimbo, fumo para cigarros e outros artigos para fumante como, por exemplo, fósforos e isqueiros.

Serviços pessoais

Despesas com cabeleireiro, manicuro e pedicuro, consertos de artigos pessoais (sapateiro, relojoeiro, chaveiro, etc.). Também estão agregadas na linha “outras” as despesas com depilação, maquiagem, esteticista e demais despesas com serviços similares.

Despesas diversas

Referem-se às despesas com jogos e apostas, comunicação (correio, telefone público, etc.), cerimônias e festas familiar e religiosa, serviços profissionais como: de cartório, advogado, despachante, contador e despesas com imóveis de uso ocasional (aluguel de imóvel, condomínio, etc.). Inclui, ainda, na linha “outras” as despesas não classificadas anteriormente como: aluguel de aparelhos e utilidades de uso doméstico, alimentos e outros produtos para animais, flores naturais, etc.

Outras despesas correntes

As outras despesas correntes correspondem a despesas com: impostos pagos, tais como: imposto sobre propriedade de imóveis, imposto de renda, imposto sobre serviços, imposto sobre propriedade de veículos e emplacamento de veículo, contribuições trabalhistas (como previdência pública, conselho e associação de classe na qual está incluído o imposto sindical), serviços bancários (tarifas e taxas), pensões, mesadas, doações e previdência privada.

Nas tabelas, na linha “outras”, estão agregadas despesas como, por exemplo: seguro de vida, seguro de acidentes pessoais, seguro de bens móveis, indenização a terceiros e demais despesas de mesma natureza.

Aumento do ativo

O aumento do ativo corresponde a despesas com aquisição de imóveis, construção e melhoramento de imóveis próprios e outros investimentos como, por exemplo, títulos de capitalização, títulos de clube, aquisição de terrenos para jazigo e outras aquisições similares. O aumento do ativo pode ser traduzido como um aumento do patrimônio familiar.

Diminuição do passivo

Na diminuição do passivo, estão incluídas as despesas com pagamentos de débitos, juros e seguros com empréstimos pessoais e prestação de financiamento de imóvel.

Rendimento total e variação patrimonial

A análise dos rendimentos e da variação patrimonial é determinante para os estudos socioeconômicos e, em particular, na POF, tendo em vista a possibilidade de análise conjunta com as despesas, que permitem avaliações mais completas, a partir dos orçamentos domésticos.

Rendimento total

O rendimento bruto total da unidade de consumo corresponde ao somatório dos rendimentos brutos monetários dos componentes das unidades de consumo, exclusive os empregados domésticos e seus parentes, acrescido do total dos rendimentos não monetários das unidades de consumo.

Rendimento monetário

Considerou-se como rendimento todo e qualquer tipo de ganho monetário, exceto a variação patrimonial, recebido durante o período de referência de 12 meses anteriores à data de realização da coleta das informações.

O rendimento foi pesquisado para cada um dos moradores que constituiu uma unidade de orçamento/rendimento.

Rendimento do trabalho

Refere-se à remuneração monetária bruta proveniente do trabalho de empregado (público, privado ou doméstico), e de empregador e conta-própria.

Rendimento do empregado

Rendimento bruto da pessoa que trabalha para um empregador, geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho recebendo, em contrapartida, remuneração total ou parcial em dinheiro. São incluídos os valores recebidos de horas extras, 1/3 de férias, 13º salário, participação nos lucros, auxílio-refeição, auxílio-transporte, auxílio-combustível, indenizações trabalhistas, salário-educação, auxílio-creche, auxílio-moradia e outros.

Foram investigados os trabalhos como empregado privado, público, doméstico e em ajuda a membro do domicílio ou a parente (muito embora esta última categoria seja não remunerada).

Rendimento do empregador e conta-própria

Empregador é a pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, tendo pelo menos um empregado remunerado.

Conta-própria é a pessoa que, individualmente ou com sócio, sem ter empregado e contando ou não com ajuda de trabalhador não remunerado, membro da unidade de consumo, explora uma atividade econômica ou exerce uma profissão ou ofício de forma permanente ou eventual.

Considerou-se como rendimento do empregador ou conta própria a diferença entre os valores recebidos e as despesas necessárias ao exercício da atividade econômica, tais como: aluguel, matéria-prima, telefone, energia elétrica, e, no caso de empregador, pagamentos e encargos relativos aos empregados.

Transferência

É o rendimento monetário bruto proveniente de:

Aposentadoria e pensão de previdência pública e INSS

Aposentadoria e pensão de previdência pública e INSS, auxílio-doença, restituição de previdência pública, devolução de previdência pública e abonos, assim como os respectivos 13º salários e outros valores.

Aposentadoria de previdência privada

Aposentadoria de previdência privada (aposentadoria, suplementação e complementação da previdência privada, aberta ou fechada, recebidas pelo contribuinte sob a forma de pecúlio e suplementação ou complementação de aposentadoria).

Programas sociais federais

Transferências de renda de programas sociais federais: Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social - BPC-LOAS, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, etc.

Pensão alimentícia, mesada e doação

Pensão alimentícia, mesada, doação, transferência interfamiliar, etc.

Outras transferências

Prêmios restituídos e indenizações pagas por seguradoras, ganhos de jogos, salário-família, auxílio-natalidade, programas sociais estaduais e municipais, seguro-desemprego, auxílio-maternidade, auxílio-funeral e outras transferências similares.

Rendimento de aluguel

Refere-se ao rendimento monetário bruto proveniente de aluguel, ocupação, uso ou exploração de direitos de bens imóveis, inclusive sublocação de casas, apartamentos, cômodos, sítios, lojas, vagas em garagem, fazendas, terras e outros. Inclui também o aluguel, uso ou exploração de direitos de bens móveis como, por exemplo: veículos, apetrechos para festas, exploração de direitos autorais e invenções.

Outras rendas

Refere-se às rendas monetárias provenientes de vendas eventuais como, por exemplo: rendimento de morador ausente, rendimento de menores de 10 anos, dividendos, juros recebidos e outros rendimentos.

Rendimento não monetário

Considerou-se como rendimento não monetário a parcela equivalente às despesas não monetárias como definidas anteriormente.

É importante observar que as despesas não monetárias são iguais, em termos contábeis, às receitas não monetárias com exceção do aluguel estimado.

Para a imputação do valor do rendimento não monetário correspondente ao aluguel de imóveis, foram deduzidas, do valor do aluguel estimado pelas unidades de consumo, as despesas com manutenção e reparos, impostos, taxas de serviços e seguros com o domicílio, conforme as recomendações contidas no documento *Informe de la conferencia* (2003), realizada pela OIT, em dezembro de 2003.

Variação patrimonial

Compreende vendas de imóveis, carros e outros bens, heranças e o saldo positivo da movimentação financeira (depósitos e retiradas de aplicações financeiras como, por exemplo, poupança e cotas de fundos de investimento).

Rendimento total e variação patrimonial médio mensal familiar

Para um determinado conjunto de dados, a estimativa do rendimento total e variação patrimonial médio mensal familiar é a soma dos rendimentos monetários mensais brutos, dos rendimentos não monetários mensais das unidades de consumo e da variação patrimonial, dividida pelo número de unidades de consumo contidas neste conjunto.

Salário mínimo

Considerou-se o valor de R\$ 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais), vigente em 15 de janeiro de 2018, data de referência da pesquisa.

Classes de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar

Na presente divulgação, nas tabelas de apresentação dos resultados, foi utilizado o termo classe de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar. Cabe destacar que o rendimento total foi definido como a soma dos rendimentos monetário e não monetário mensal familiar e a parcela monetária referente à variação patrimonial.

Na definição das classes de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar para as tabelas apresentadas, optou-se por utilizar sete grupamentos, definidos em salários mínimos, sendo que a categoria "sem rendimento" foi incluída na primeira classe.

A seguir, é apresentada a relação das sete classes de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar com valores em reais e os valores equivalentes em salários mínimos de 15 de janeiro de 2009. Por simplificação, ao longo do texto, quando da abordagem das classes de rendimentos e variação patrimonial, estas serão denominadas classes de rendimentos.

Quadro 2 - Classes de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar

Reais mensais (R\$)	Salários mínimos
Até 1 908 (1)	Até 2 (1)
Mais de 1 908 a 2 862	Mais de 2 a 3
Mais de 2 862 a 5 724	Mais de 3 a 6
Mais de 5 724 a 9 540	Mais de 6 a 10
Mais de 9 540 a 14 310	Mais de 10 a 15
Mais de 14 310 a 23 850	Mais de 15 a 25
Mais de 23 850	Mais de 25

(1) Inclusive sem rendimento.

Aspectos de amostragem

Planejamento da amostra

Em linhas gerais, o plano de amostragem adotado para a POF 2017-2018 é basicamente o mesmo que o implementado na POF 2008-2009, sendo, contudo, pertinente a inclusão de algumas explicações adicionais sobre a adoção da amostra mestra de setores censitários e agregados de setores nas pesquisas domiciliares do IBGE e a influência desta no atual plano amostral da pesquisa.

Com o objetivo de facilitar ainda mais a integração entre as suas diferentes pesquisas domiciliares, o IBGE vem trabalhando com um Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares, um amplo projeto que busca harmonizar conceitos e definições de variáveis comuns, procedimentos de coleta e listagem de setores censitários, dentre outros procedimentos fundamentais para a qualidade das pesquisas. Um ponto-chave para o sucesso desta integração se encontra na utilização de uma infraestrutura amostral comum, cadastro e amostra, definidos especialmente para atender a diferentes pesquisas ao mesmo tempo. A amostra comum, denominada amostra mestra, é um conjunto de unidades primárias de amostragem - UPAs, adotadas no planejamento amostral de cada uma das pesquisas que utilizarão essa infraestrutura comum, e essas UPAs são compostas de setores censitários ou agregados de setores.

É importante explicar que para a realização dos Censos Demográficos, por questões operacionais, os municípios do Brasil são divididos em áreas, denominadas setores censitários. Assim, como em outras pesquisas por amostragem realizadas pelo IBGE, a POF também possui em seu planejamento amostral um estágio de seleção de UPAs e, na edição de 2017-2018, utilizou como base de seleção a amostra mestra desenhada no âmbito do planejamento do referido sistema.

A amostra mestra permite então que várias subamostras possam ser selecionadas a partir de seu conjunto de UPAs, conjunto este selecionado segundo metodologia estabelecida a partir de um cadastro inicial contendo todos os setores censitários disponíveis à época do Censo Demográfico 2010 (FREITAS et al., 2007). A amostra de UPAs da POF 2017-2018 é uma das possíveis subamostras da amostra mestra.

Um dos aspectos específicos para a definição da amostra da POF refere-se principalmente à questão da estratificação das UPAs, não somente com relação à estratificação geográfica, mas também com relação à estratificação estatística. Para atender a essa caracte-

terística historicamente presente nas amostras das POFs e expandi-las a outras pesquisas por amostra, a metodologia de estratificação definida para a seleção da amostra mestra levou em consideração esses aspectos em sua construção. Ademais, esse procedimento agrega ganhos importantes de eficiência das amostras *vis a vis* a precisão das estimativas produzidas a partir das pesquisas. A amostra mestra foi implementada levando-se em consideração o seguinte esquema de estratificação:

- 1 - Divisão administrativa: municípios das capitais, Regiões Metropolitanas e Regiões Integradas de Desenvolvimento - RIDES;
- 2 - Espacial/geográfica: bairros, subdistritos, distritos e municípios;
- 3 - Situação dos setores censitários: urbana ou rural; e
- 4 - Estatística: a partir da variável renda domiciliar, obtida no Censo Demográfico 2010.

Uma vez que a seleção das UPAs, para formar o conjunto da amostra mestra, respeitou o esquema de estratificação apresentado, a condição da amostra da POF como uma subamostra selecionada a partir deste conjunto, por um lado, implicou na subordinação ao sistema de estratificação predefinido para o conjunto das pesquisas amostrais e, por outro, manteve a possibilidade de comparação com o esquema de estratificação adotado nas edições anteriores, especialmente com a POF 2002-2003 e POF 2008-2009.

O esquema de estratificação da amostra mestra é bem detalhado, principalmente no que se refere à estratificação geográfica, e para atender a características próprias da POF alguns destes níveis puderam ser agrupados, sem perda das características fundamentais da estratificação original. Desde a implementação das POFs, é assegurada a obtenção de resultados da pesquisa para alguns domínios de estimação, isto é feito considerando estes domínios no esquema de estratificação. Apesar de a estratificação ser diferente nesta edição, é possível reproduzir a estratificação das edições anteriores agregando estratos, como dito anteriormente, desta forma pode-se comparar resultados obtidos para os mesmos domínios. Exemplos de domínios para os quais é possível gerar resultados são: municípios das capitais, situação urbana, e área urbana das Regiões Metropolitanas, estas últimas incluindo o município da capital. As Regiões Metropolitanas levadas em conta na estratificação das edições anteriores, desde a POF 1987-1988, foram mantidas na POF 2017-2018: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre. Em relação à POF 2002-2003, há uma diferença, que é a não inclusão da Região Administrativa de Brasília, que não foi separada para compor um estrato geográfico.

Com relação ao último nível do esquema de estratificação da amostra mestra, dentro de cada estrato geográfico definido, foram então calculados um quantitativo de estratos estatísticos, cujo número total foi diferente para cada Unidade da Federação, considerando as respectivas particularidades. Para a construção dos estratos estatísticos (socioeconômicos), variável renda total do domicílio, obtida a partir dos resultados do Censo Demográfico 2010, foi utilizada para efeito dos cálculos. A estratificação estatística que é empregada na amostra da POF 2017-2018 é exatamente aquela proveniente da amostra mestra.

Com as explicações anteriores e considerando as definições das técnicas de amostragem, no âmbito da teoria estatística, é possível identificar que, para a POF 2017-2018, adotou-se um plano amostral denominado como conglomerado em dois estágios, com estratificações geográfica e estatística das unidades primárias de amos-

tragem que correspondem aos setores ou agregados de setores da base geográfica do Censo Demográfico 2010, a partir da estrutura oferecida pela amostra mestra desenhada pelo IBGE para o Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares - SIPD. As UPAs foram selecionadas por amostragem com probabilidade proporcional ao número de domicílios existentes no setor, dentro de cada estrato final, compondo a amostra mestra. A subamostra de UPAs para a POF 2017-2018 foi selecionada por amostragem aleatória simples em cada estrato. No plano adotado, as unidades secundárias de amostragem foram os domicílios particulares permanentes, selecionados por amostragem aleatória simples sem reposição, de cada uma das UPAs selecionadas. Em seguida ao processo de seleção de UPAs e domicílios, cabe explicar que as UPAs são distribuídas ao longo dos quatro trimestres da pesquisa, garantindo que, em todos eles, os estratos geográfico e socioeconômico estejam representados através dos domicílios selecionados.

Dimensionamento da amostra

O tamanho da amostra de UPAs foi determinado em função do tipo de estimador utilizado e do nível de precisão fixado para estimar o total dos rendimentos das pessoas moradoras responsáveis pelos domicílios, obtidos a partir dos dados do Censo Demográfico 2010, e, ainda, levando em consideração o número esperado de domicílios com entrevistas realizadas em cada setor, segundo cada domínio de estimação considerado. Foram identificados dois níveis geográficos de controle para o cálculo do tamanho da amostra, a saber: área urbana de cada Unidade da Federação e área rural de cada Grande Região.

Foram fixados diferentes coeficientes de variação para estimar com a precisão desejada o total da renda dos responsáveis pelos domicílios, segundo os diferentes domínios de estimação. Os níveis de precisão fixados foram estabelecidos a partir das análises realizadas com as precisões para a mesma variável e calculados a partir dos dados da POF 2008-2009. Para estimar o total nas Unidades da Federação da Região Norte, foram fixados coeficientes de variação que variaram de 12% a 15%. Para a Região Nordeste, os coeficientes fixados ficaram entre 8% e 10%. No caso das Regiões Sudeste e Sul, os coeficientes ficaram em 6%. Por último, na Região Centro-Oeste, os coeficientes de variação variaram entre 8% e 10%.

A alocação da amostra total de UPAs selecionadas em cada estrato foi proporcional ao número total de domicílios particulares permanentes no estrato, com a condição de haver pelo menos três setores na amostra de cada estrato. Foi fixado o número de domicílios com entrevistas por setor de acordo com a área da pesquisa: 12 domicílios nos setores urbanos, 16 nos setores rurais. O tamanho efetivo da amostra foi de 5 504 UPAs, correspondendo a um número esperado de 69 660 domicílios com entrevista.

Seleção da amostra

A seleção de UPAs para compor a amostra mestra ocorreu de forma independente em cada estrato proporcional ao número de domicílios da malha setorial do Censo Demográfico 2010. As UPAs da amostra da POF 2017-2018, por sua vez, foram selecionadas a partir das UPAs da amostra mestra, através de um procedimento de seleção definido como amostra aleatória simples.

Através do procedimento explicado, foram então selecionados os 5 504¹ UPAs para a amostra da pesquisa, de um total de 15 096 UPAs setores pertencentes à amostra mestra. Após o procedimento de seleção das UPAs e a alocação pelos quatro trimestres da pesquisa, deu-se início ao processo de seleção dos domicílios para compor a amostra a ser entrevistada a cada trimestre. O objetivo da seleção a cada início de trimestre objetivou minimizar a perda de entrevistas por vários motivos, tais como: domicílio que já deixou de existir, domicílio em ruínas, etc. Este processo também cumpriu o objetivo de utilizar cadastros na versão mais atualizada, fornecidos pelo Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos - Cnefe. A regra de atualização dos cadastros de endereço segue o modelo definido para o funcionamento da Amostra Mestra.

Mesmo com todos os cuidados com a atualização do cadastro de seleção, avaliou-se pela pertinência de se ampliar o número de entrevistas, prevenindo eventuais perdas ao longo da fase de coleta das informações, por recusa do morador ou por não conseguir abrir o domicílio, por exemplo. Sendo assim, para esta pesquisa, estimou-se uma perda média de 15% das entrevistas e acréscimo de igual proporção foi atribuído ao total de domicílios a serem selecionados por UPA da amostra. Em termos práticos, para compensar as perdas futuras com entrevistas não realizadas, foi selecionado, para as UPAs da área urbana, um total de 13 domicílios, enquanto para as UPAs de situação rural foram selecionados 17 domicílios.

De posse do total de domicílios listados e do número de domicílios a serem efetivamente selecionados por setor, realizou-se a seleção aleatória sem reposição dos domicílios, independente em cada setor. Na Tabela 1, estão apresentados, além do número de domicílios esperados e identificados no dimensionamento da amostra, os números de domicílios selecionados e de domicílios entrevistados por Unidade da Federação.

Visando garantir a distribuição dos estratos da amostra ao longo dos 12 meses de duração da pesquisa, as UPAs de cada estrato foram aleatoriamente alocadas por trimestre e seus domicílios espalhados ao longo do mesmo. Este processo de alocação visa a observação para domicílios de todos os estratos, das naturais variações dos padrões de consumo conforme as épocas do ano.

Expansão da amostra

Cada domicílio pertencente à amostra da POF representa um determinado número de domicílios particulares permanentes da população (universo) de onde esta amostra foi selecionada. Com isso, a cada domicílio da amostra está associado um peso amostral ou fator de expansão que, atribuído às características investigadas pela pesquisa, permite a obtenção de estimativas das quantidades de interesse para o universo da pesquisa.

¹ Das 5 504 UPAs selecionadas, três apresentaram todas as entrevistas como não realizadas, sendo então seus fatores de expansão redistribuídos pelas outras UPAs do mesmo estrato.

Tabela 1 - Unidades primárias de amostragem selecionadas e domicílios esperados, selecionados e entrevistados, segundo as Unidades da Federação - período 2017-2018

Unidades da Federação	Unidades primárias de amostragem selecionadas	Domicílios na amostra		
		Esperados	Selecionados	Entrevistados
Brasil	5 504	69 660	75 635	57 920
Rondônia	93	1 204	1 300	951
Acre	94	1 164	1 261	950
Amazonas	181	2 272	2 462	1 833
Roraima	78	960	1 039	765
Pará	192	2 676	2 873	2 130
Amapá	71	888	968	762
Tocantins	95	1 200	1 298	923
Maranhão	188	2 400	2 624	2 064
Piauí	147	1 860	2 031	1 795
Ceará	255	3 180	3 468	2 665
Rio Grande do Norte	127	1 572	1 711	1 443
Paraíba	169	2 112	2 302	1 789
Pernambuco	306	3 780	4 113	3 106
Alagoas	159	1 968	2 134	1 753
Sergipe	138	1 704	1 854	1 409
Bahia	296	3 780	4 121	3 126
Minas Gerais	408	5 212	5 671	4 532
Espírito Santo	297	3 632	3 931	2 994
Rio de Janeiro	335	4 112	4 464	3 180
São Paulo	413	5 192	5 668	4 219
Paraná	271	3 464	3 765	2 899
Santa Catarina	227	2 880	3 118	2 508
Rio Grande do Sul	288	3 672	3 987	2 945
Mato Grosso do Sul	167	2 120	2 290	1 744
Mato Grosso	168	2 236	2 402	1 872
Goiás	202	2 712	2 930	2 232
Distrito Federal	139	1 708	1 850	1 331

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

Os pesos foram calculados, inicialmente, com base no plano de seleção efetivamente utilizado, incorporando ajustes para compensar a não resposta das unidades investigadas. Posteriormente, os pesos sofreram ajustes de pós-estratificação, procedimento que consistiu em obter, para cada um dos pós-estratos definidos e segundo cada Unidade da Federação, estimativas para o total de pessoas que fossem equivalentes às respectivas estimativas populacionais obtidas para 15 de janeiro de 2018².

² Projeções fornecidas pela Coordenação de População e Indicadores Sociais, da Diretoria de Pesquisas do IBGE.

Os pós-estratos definidos para cada Unidade da Federação foram: municípios das capitais, Regiões Metropolitanas (menos o município da capital) e o restante da Unidade da Federação.

Obtenção das estimativas

A estimação do total de qualquer variável investigada na pesquisa foi feita multiplicando-se o valor da variável pelo peso associado à unidade de análise correspondente (domicílio, unidade de consumo ou pessoa). O peso foi calculado para cada domicílio e atribuído a cada unidade de consumo e pessoa desse domicílio. Dessa forma, foi possível calcular estimativas de totais para qualquer variável investigada na pesquisa, seja para características de domicílio, de unidade de consumo ou de pessoa.

Estimativas de razão também são objeto de algumas das tabelas desta publicação. É o caso, por exemplo, das despesas monetária e não monetária mensal familiar por classes de rendimentos monetário e não monetário mensal familiar. Estas estimativas são obtidas tendo como numerador o total estimado das despesas monetária e não monetária e como denominador o total estimado de unidades de consumo na classe de rendimento correspondente.

Precisão das estimativas

Para cada estimativa derivada da pesquisa, é necessário obter uma medida de precisão que auxilie na análise e interpretação dos dados resultantes da pesquisa. A medida então usada foi obtida através da variância do estimador, que, em geral, por não ser conhecida, é estimada pelos dados da própria pesquisa. A variância é uma função do tipo de estimador, do plano amostral e do procedimento de expansão da amostra adotado.

Os estimadores de variância de totais e razões, quantidades estimadas nesta pesquisa, foram obtidos através de Linearização de Taylor e do Método do Conglomerado Primário (HANSEN; HURWITZ; MADOW, 1953). Os erros amostrais foram avaliados através das estimativas dos coeficientes de variação, obtidos dividindo-se o desvio padrão estimado pela estimativa da quantidade de interesse. Os coeficientes de variação das estimativas das tabelas selecionadas serão disponibilizados no portal do IBGE na Internet.

Principais aspectos da coleta de informações

Instrumentos de coleta

A definição de instrumentos de coleta requer que alguns aspectos sejam considerados, como as características dos locais onde a pesquisa será realizada, para possibilitar ao informante a precisão das respostas e determinar o ritmo da entrevista. Além disso, as experiências de trabalhos anteriores da própria instituição, bem como de outras instituições nacionais e internacionais são levadas em conta. Questões como períodos

de referência dos dados, registros diários e método recordatório podem ser citados como fatores específicos que determinam os instrumentos de coleta numa POF.

Os instrumentos de coleta utilizados na POF 2017-2018, organizados segundo o tipo de informação a ser pesquisada, são apresentados a seguir:

POF 1 - Questionário de características do domicílio e dos moradores

No Questionário POF 1, foram obtidas as informações gerais sobre o domicílio: tipo do domicílio, número de cômodos, forma de abastecimento de água, tipo de esgotamento sanitário, origem da energia elétrica, condição de ocupação, material predominante no piso, existência de pavimentação na rua, tempo de moradia, etc. Também neste questionário foram coletadas informações sobre as características de todos os moradores: relação com a pessoa de referência da unidade de consumo, sexo, idade, escolaridade, a cor ou raça, religião, etc. Adicionalmente foram investigadas neste questionário a disponibilidade de crédito (cartões de crédito e/ou cheques especiais).

POF 2 - Questionário de aquisição coletiva

No Questionário POF 2, foram pesquisadas as aquisições monetária e não monetária de produtos de uso comum da família, além das despesas com serviços e taxas de energia elétrica, água e esgoto, telefone fixo, gás de uso doméstico, aluguel, condomínio, prestação e outras despesas do domicílio principal, serviços domésticos, construção, reforma e pequenos reparos de habitação ou jazigo, aquisição, aluguel, consertos ou manutenção de móveis, eletrodomésticos, máquinas e utensílios de uso doméstico, aquisição de artigos de decoração e equipamentos diversos. Neste questionário também foram levantadas informações sobre quantidade, ano de aquisição, estado (novo ou usado) e forma de obtenção de diferentes tipos de bens duráveis existentes em uso pelo domicílio.

POF 3 - Caderneta de aquisição coletiva

No Questionário POF 3, foram registradas informações sobre aquisições monetária e não monetária de alimentos, bebidas, artigos e produtos de limpeza, combustíveis de uso doméstico e outros produtos, cuja aquisição costuma ser frequente e, em geral, servem a todos os moradores.

POF 4 - Questionário de aquisição individual

No Questionário POF 4, foram investigados os tipos de aquisições de produtos e respectivas despesas monetária e não monetária com produtos e serviços caracterizados de uso ou finalidade individual, como: comunicações, transportes, educação, alimentação fora de casa, fumo, jogos e apostas, diversões, uso e aquisição de celular, produtos farmacêuticos e assistência à saúde, artigos de perfumaria e produtos para pele e cabelo, serviços de cabeleireiro e outros, artigos de papelaria e leitura e assinatura de periódicos, vestuário e calçados, tecidos e roupas de banho, viagens, aquisição e manutenção de veículos. Foram também investigados os gastos individuais com serviços bancário e profissional, cerimônias e festas, joias, despesas com outros imóveis, contribuições trabalhistas e pensões.

Neste questionário de despesas individuais, assim como no questionário e na caderneta de despesas coletivas, foram investigadas informações sobre tipos de estabelecimento em que foram adquiridos produtos e serviços e as formas de obtenção das aquisições realizadas pelas unidades de consumo.

POF 5 - Questionário de trabalho e rendimento individual

No POF 5, foram pesquisados todos os rendimentos monetários obtidos através de trabalho - contendo nestes casos informações sobre ocupações, atividades e posições na ocupação - de transferências, outros rendimentos e receitas e empréstimos, bem como as principais deduções e encargos incidentes sobre os mesmos. Também foram pesquisadas informações sobre depósitos e retiradas relativas a aplicações financeiras.

POF 6 - Avaliação das condições de vida

No POF 6, foram obtidas informações de caráter subjetivo, a respeito das condições de vida da unidade de consumo, por intermédio de entrevista com a pessoa responsável pela unidade de consumo ou aquela pessoa assim considerada pelos demais moradores. Neste questionário foi levantada a opinião do informante sobre a suficiência do rendimento mensal, a quantidade e qualidade dos alimentos para consumo pela família, as condições de moradia e do entorno do domicílio e a capacidade ou não de pagamento de algumas despesas referentes ao domicílio. Pela primeira vez, neste mesmo questionário, foram introduzidas as perguntas referentes à Escala Brasileira de Insegurança Alimentar - EBIA.

POF 7 - Bloco de consumo alimentar pessoal

No POF 7, foram pesquisadas informações referentes ao consumo alimentar efetivo de todos os indivíduos moradores com 10 anos ou mais de idade, pertencentes à(s) unidade(s) de consumo existente(s) no domicílio, tais como: fonte do alimento, horário do consumo efetivo, descrição detalhada do alimento consumido e a forma pela qual o mesmo foi preparado. O Questionário POF 7 foi aplicado em uma subamostra de domicílios selecionados aleatoriamente da amostra total da pesquisa. O registro das informações foi efetuado para dois dias não consecutivos, durante o período de coleta no domicílio. Essa investigação já havia sido pesquisada na POF 2008-2009, sendo, portanto, a segunda execução deste tipo de levantamento.

Coleta das informações

Conforme mencionado anteriormente, tendo em vista as alterações de consumo que ocorrem nas diferentes épocas do ano, nas informações de despesas, quantidades e rendimentos, a coleta das informações da pesquisa no campo teve a duração de um ano.

Para garantir a distribuição de todos os estratos geográfico e socioeconômico durante os 12 meses, a pesquisa foi dividida em 52 períodos, sendo que, para cada domicílio selecionado, foram indicados, dentre esses períodos, dois consecutivos em que obrigatoriamente foi iniciada a coleta.

Devido à complexidade de uma POF, em primeiro lugar, foi fundamental sensibilizar os informantes para os objetivos da pesquisa e para a importância de sua participação num levantamento desta natureza. De modo a garantir a qualidade e precisão nas informações prestadas, foi realizado um trabalho com as equipes responsáveis pela coleta, com esta perspectiva.

As informações da POF foram obtidas diretamente nos domicílios particulares permanentes selecionados, por meio de entrevistas junto aos seus moradores, durante um período de nove dias consecutivos. O primeiro dia foi usado para abertura e identificação do domicílio e de seus moradores, quando também foi observado se o domicílio atendia aos critérios definidos para prosseguimento ou não da entrevista nos dias seguintes (verifica-se, por exemplo, se o domicílio é particular permanente e não fornece pensão). Este primeiro dia também foi utilizado para o levantamento das informações sobre as características de todas as pessoas moradoras. A partir do segundo dia de pesquisa, foram iniciados os preenchimentos dos questionários de coleta das informações previstas para o domicílio, relativos às despesas e rendimentos (orçamentos) e também de consumo alimentar pessoal, atividades que eram realizadas durante um período de sete dias, tempo estabelecido para o total do preenchimento destes questionários. O nono dia foi empregado para o fechamento da coleta das informações de despesas e rendimentos. Também este dia foi utilizado para o preenchimento do questionário de avaliação das condições de vida e o fechamento da entrevista no domicílio.

O método para a obtenção dos dados dos orçamentos familiares foi a aplicação de questionários específicos sob a forma de entrevista presencial. Definiu-se, entretanto, em função da frequência com que determinada aquisição é realizada e o seu valor, diferentes formas para o preenchimento das informações. Para as aquisições com ocorrências frequentes, tanto aquelas de uso coletivo como as individuais, como, por exemplo, alimentação, transportes e leitura, optou-se pelo registro diário. Nas cadernetas de despesas coletivas os registros foram feitos pelos informantes (autopreenchimento) ou pelos agentes de pesquisa. Quanto às demais aquisições e rendimentos, utilizou-se o método de aplicação de questionários, por entrevista assistida, com recorrência à memória do informante.

Em função das características do levantamento das informações, principalmente em relação ao alto grau de detalhamento das diferentes variáveis pesquisadas, seus quantitativos e as dificuldades crescentes de acesso aos domicílios e seus moradores, adotou-se a alternativa de utilização de *tablets* na coleta das informações. Com isso, buscou-se agilizar e garantir procedimentos padronizados de crítica e validação imediatamente no momento da coleta das informações, o que proporcionou ganhos significativos na qualidade dos dados e reduziu custos.

Tratamento das informações

Os diversos tipos e formas de registros obtidos pela pesquisa, através de todos os instrumentos de coleta utilizados, determinam a complexidade na execução das fases de crítica dos dados, necessárias para garantir a qualidade e consistência das informações coletadas.

Os procedimentos metodológicos adotados para o tratamento das informações são descritos a seguir.

Crítica na entrada de dados

Em função da tecnologia utilizada na operação de coleta das informações dos domicílios selecionados para a pesquisa, com a utilização de computadores portáteis para registro e entrada de dados, alguns procedimentos relacionados à consistência das informações pesquisadas foram implementados visando ao controle da qualidade das informações no momento da coleta.

Neste sentido, foi desenvolvida uma grande etapa denominada “codificação dos dados e críticas de consistência”, que englobou desde a codificação dos produtos e serviços registrados, críticas de entrada de dados e as críticas por variável e entre variáveis, procedimentos estes fundamentais para garantir a coerência das informações coletadas, que passaram a ser executadas simultaneamente no momento da entrevista e coleta dos dados. Com este procedimento, procurou-se garantir a precisão dos dados registrados e ao mesmo tempo evitar custos adicionais com retornos aos domicílios para correções de eventuais problemas nas informações encontrados após a coleta.

Na etapa de codificação dos dados, programas e procedimentos especiais foram desenvolvidos para a execução da codificação automática de todas as variáveis descritivas para transformá-las em variáveis codificadas. Na POF 2017-2018, as seguintes variáveis foram codificadas no momento da coleta: produtos e serviços, tipo de local de aquisição, unidade de medida, peso e volume, forma de preparo, unidade de medida caseira, atividade e ocupação. Este procedimento objetivou maximizar o aproveitamento das descrições digitadas pelo agente de pesquisa. No entanto, em função da atualização e disponibilidade dos diferentes cadastros, aconteceram situações em que estas variáveis não foram codificadas automaticamente, o que demandou que fossem tratadas posteriormente pela equipe central do projeto.

Na etapa de críticas incorporadas na entrada de dados, procurou-se identificar possíveis erros de registro de informações e também erros de digitação. Nestes casos, o sistema acusava e identificava para o agente de pesquisa a existência de inconsistências na informação digitada, de modo que imediatamente fossem verificadas e corrigidas pelo agente de pesquisa.

Também nesta etapa, diversos procedimentos de controle relacionados à coleta foram implementados no sistema utilizado para entrada de dados, sempre com o objetivo de identificar e orientar os agentes de pesquisa quanto aos possíveis problemas no processo de registro dos dados. Com este objetivo, cabe citar as críticas relativas a valores de despesas digitados para produtos e serviços, sujeitos a uma crítica de comparação através de valores extremos. Além disso, foi incluído no programa de entrada de dados, um conjunto de críticas de fechamento para todos os tipos de questionários da pesquisa que era executado automaticamente ao término da entrevista no domicílio. Após a execução da etapa de crítica de fechamento, era apresentado um relatório, onde se descrevia a presença ou ausência de erros por questionário preenchido.

Crítica e imputação de variáveis do POF 1 - Questionário de características do domicílio e dos moradores

Algumas variáveis do Questionário POF 1 sofreram imputação em virtude de inconsistências, valores ignorados e não resposta, para que pudessem ser utilizadas em conjunto das outras variáveis utilizadas para os resultados desta primeira publicação. Por exemplo, nas variáveis referentes aos moradores, houve imputação de quesitos como sexo, idade, relação com a pessoa de referência, dentre outras. Nestes casos, além de rotinas próprias desenvolvidas na coordenação de métodos e qualidade para a identificação de inconsistências, utilizou-se também o Canadian Census Edit and Imputation System - *CANCEIS*, *software* desenvolvido pelo Statistics Canada, para o processo de imputação dos valores faltantes.

Tratamento do efeito inflacionário sobre as informações de valores (deflacionamento)

A POF 2017-2018 teve como período de realização em campo os 12 meses compreendidos entre 11 de julho de 2017 e 9 de julho de 2018. Adotou períodos de referência para as informações de despesas, que podiam ser de sete dias, 30 dias, 90 dias e 12 meses, conforme a frequência de aquisições dos bens e serviços pesquisados e, para as informações de rendimentos, considerou o período de referência de 12 meses.

Devido às diversas referências temporais inerentes à POF, não é trivial a agregação e comparação das informações de valores coletadas para uma unidade de consumo ou conjunto de unidades de consumo pesquisadas em datas distintas. Isto se dá em função do efeito inflacionário (variação de preços) sobre os valores das despesas e rendimentos. Assim, fez-se necessário efetuar um ajustamento desses valores com o objetivo de se eliminar esse efeito.

O método utilizado para o tratamento do efeito inflacionário possibilitou ajustar os valores monetário e não monetário correntes de despesas com bens, serviços e rendimentos, pesquisados nas unidades de consumo, valorando-os a preços de uma data referencial preestabelecida. Com isso, ao final do processo, foram obtidas todas as unidades de consumo com seus fluxos monetários valorados a preços de uma mesma data, permitindo a agregação das informações para uma única ou um conjunto de unidades de consumo, possibilitando a obtenção da unidade de consumo média representativa de cada área ou recorte de análise de interesse. Finalmente, através destas unidades de consumo médias, são viabilizados os principais objetivos da pesquisa.

Para os procedimentos de deflacionamento dos dados da pesquisa, foram utilizados diferentes indexadores, definidos em função das características dos bens e serviços, dos diversos tipos de rendimentos e também da existência e disponibilidade de indexadores adequados.

Os indexadores utilizados para as despesas com bens e serviços foram as séries históricas do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, dos índices de preços ao consumidor amplo regionais de cada uma das 13 áreas pesquisadas pelo IBGE e das variações de preços dos produtos e serviços acompanhados pelo Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor - SNIPC, do IBGE. O IPCA de cada uma das 13 áreas foi utilizado para deflacionar os dados da respectiva Unidade da Federa-

ração. Nas Unidades da Federação não cobertas pelo IPCA, adotou-se para aquelas da Região Norte as variações observadas para a Região Metropolitana de Belém e, no caso dos demais estados, a média ponderada das variações da região a qual pertencem, considerando a participação dos estados no SNIPC. Para as informações de rendimentos, os indexadores usados foram também as séries históricas do IPCA geral, seguindo a mesma metodologia aplicada a despesa para aquelas Unidades da Federação ainda não pertencentes ao SNIPC.

Determinou-se a data referência – 15 de janeiro de 2018 – que definiu o ponto para o qual o deflacionamento transformou todos os valores de despesas e rendimentos da pesquisa.

Crítica do valor das despesas e rendimentos

A pesquisa coletou informações sobre os valores de despesas e rendimentos nos diversos domicílios pesquisados. No entanto, estes valores estão sujeitos a erros de coleta e transcrição. Com o objetivo de identificar tais problemas, foi necessário que esses dados fossem submetidos a uma crítica de valores.

A crítica de valores da POF pode ser subdividida em três etapas:

- Partição em classes de rendimento monetário mensal familiar;
- Procedimentos de detecção de *outliers* (valores extremos - altos ou baixos); e
- Crítica visual.

As partições dos dados em classes foram feitas visando criar grupos homogêneos de informações, já que as estruturas de despesas e rendimentos das unidades de consumo possuem alta correlação com a renda bruta mensal. Assim, o objetivo dessas partições é criar grupos com estruturas de gastos e rendimentos com o mesmo padrão.

A etapa da crítica mais importante é a detecção dos *outliers*, que consiste na identificação dos valores extremos (altos ou baixos) observados na distribuição estatística de uma variável, ou seja, dados não representativos de um conjunto de observações. No caso da pesquisa, foram considerados *outliers* aqueles registros de despesas de um item (produto ou serviço) ou rendimentos, cujos valores, muito altos ou muito baixos, não atenderam aos critérios estatísticos estabelecidos.

A crítica visual foi feita tomando-se por base um relatório obtido após a execução do programa de crítica (resultado das duas etapas anteriores). Este relatório era composto de várias variáveis auxiliares associadas ao produto ou serviço apresentado, para a tomada de decisão sobre a aceitação ou rejeição dos valores que eram detectados pela crítica. Nas situações de rejeição dos valores pela crítica, os mesmos foram marcados para serem tratados na etapa de imputação de valores.

Alocação das despesas agregadas da caderneta de despesa coletiva

Vários procedimentos são adotados por ocasião da coleta, no sentido de garantir a precisão e detalhamento dos registros de despesas de cada produto informado pelas unidades de consumo. Contudo, algumas dificuldades ocorrem quando da obtenção das informações e dizem respeito à recorrência à memória por parte dos informantes,

quando se tratam de despesas realizadas para um conjunto de produtos com grande diversidade de preços no mercado.

Essa restrição ocorre mais comumente no momento da informação de despesas com compras de alimentos e material de limpeza em que, habitualmente, as unidades de consumo realizaram aquisições de vários produtos em uma única compra, muitos deles de baixos valores, tornando difícil o resgate dos valores individuais. Desse modo, no caso do Questionário POF 3 - Caderneta de aquisição coletiva, utilizou-se para esses registros o item agregado, sacolão, compras, etc., seguido do valor total pago, o local de compra e a forma de obtenção. Nesses casos, os agentes de pesquisa foram orientados para que registrassem também no questionário as descrições dos produtos adquiridos na compra.

Devido à participação relevante das informações da caderneta de aquisição coletiva no total das despesas das unidades de consumo, as despesas agregadas passaram por um método de tratamento que desagregou e, conseqüentemente, alocou valores para os produtos componentes dessas despesas.

Assim, para o agregado em que o informante foi capaz de discriminar os produtos nele contidos, atribuiu-se a cada produto a parcela do gasto com o agregado correspondente à proporção obtida pela reconstituição de sua composição segundo os respectivos gastos médios por produto, área, classe de despesa monetária total e local de compra. Esse tratamento do agregado discriminado foi realizado após a crítica de valores das informações obtidas na pesquisa.

Tratamento da não resposta de valores de despesas e rendimentos

Diversos tipos de erros podem afetar os resultados do levantamento. Alguns são passíveis de serem controlados como, por exemplo, o erro amostral, que é controlado quando da definição do desenho e tamanho da amostra. Outros erros surgem nas diversas fases da pesquisa e, dentre estes, destacam-se os erros de não resposta total ou parcial e erros de resposta.

Em função da complexidade da POF, situações de dados incompletos associados à não resposta ocorreram. A ausência de resposta surgiu quando ocorreu perda total ou parcial das informações relativas a despesas ou rendimentos. Perda essa motivada por fatores, tais como: a falta de contato com os informantes ou a falta de possibilidade de cooperação decorrente da carga de informações a serem coletadas, da amplitude do período a ser coletado, bem como da dificuldade de memória do respondente, entre outros.

Foi utilizado procedimento de imputação para tratar a não resposta total ou parcial. Também são tratados os erros de resposta associados a valores rejeitados na etapa de crítica.

O procedimento aqui especificado recebe o nome de *hot deck* e foi empregado tanto para atribuir valores nos casos de itens com valores de despesas ou rendimentos ignorados ou rejeitados pela crítica, quanto para a imputação de partes de questionários de despesas e rendimentos e questionários inteiros, de despesas e rendimentos, não preenchidos.

Para o processamento da imputação, foram criadas matrizes de similaridades formadas por variáveis consideradas altamente correlacionadas com a variável que recebeu o valor imputado. As variáveis incluídas nestas matrizes eram de domínio comum tanto dos informantes que responderam e que se constituíam em possíveis doadores quanto daqueles que não responderam, ou tiveram seus valores de resposta rejeitados pela crítica de valores (receptores). O objetivo principal do emprego destas matrizes era buscar, o quanto possível, uma concordância entre as características informadas pelos doadores e as características informadas pelos receptores no que se refere às variáveis de classificação, constantes da respectiva matriz de similaridade (ou classificação). Quanto mais semelhantes fossem os possíveis doadores em relação aos respectivos receptores, melhor seria a qualidade das imputações realizadas.

Para a seleção de um doador específico, dentre tantos selecionados no processo de comparação através das matrizes, adotou-se o procedimento de seleção aleatória. Este procedimento teve como objetivo evitar distorção na distribuição dos valores das variáveis que receberam valores imputados, que poderia ser criada caso um mesmo valor fosse adotado.

Anualização dos valores de despesas e rendimentos

Os valores orçamentários, despesas e rendimentos, foram obtidos em diferentes períodos de referência, definidos em função de sua natureza e frequência de ocorrência nos domicílios.

Visando construir um orçamento médio anual se fez necessário unificar esses períodos e transformar todos os valores em valores anuais. Assim, os valores orçamentários com períodos de referência de sete, 30 e 90 dias foram multiplicados pelos seus respectivos fatores de anualização, ou seja, 52, 12, 4. Cabe esclarecer que, para aquelas informações pesquisadas com período de referência de 12 meses, o fator de anualização é igual a 1.

Nas situações especiais, de período de referência de 12 meses, em que se registrou as informações relativas ao último gasto mensal, último rendimento e deduções mensais (imposto de renda na fonte, previdência pública e outras deduções), o total anual foi obtido por meio da multiplicação pela variável número de meses, que também foi coletada.

Regras de arredondamento

Sempre que foram efetuadas operações de cálculo de valores médios de despesas ou rendimentos, procedeu-se ao arredondamento dos valores fracionados para a segunda casa decimal.

Nos resultados expressos em percentagem, em função do arredondamento realizado na primeira casa decimal, por vezes ocorrem pequenas diferenças nas totalizações.

Comentários dos resultados

As avaliações sobre a evolução e o comportamento dos valores das despesas das famílias e da distribuição dessas despesas, segundo os diversos itens adquiridos ou pagos, possibilitam diferentes tipos de análises e estudos dos orçamentos domésticos. Os resultados e comentários, a seguir, referem-se às estimativas relacionadas com despesas médias mensais, realizadas pelas famílias brasileiras, obtidas a partir da POF 2017-2018. As estimativas apresentadas estão expressas em valores, em reais, e nas correspondentes participações percentuais, segundo os diversos componentes da despesa total média mensal.

A despesa total equivale a todas as despesas monetária e não monetária das famílias. As despesas/aquisições monetárias com produtos e serviços são aquelas realizadas mediante pagamento em dinheiro, cheque ou cartão de débito ou crédito. As despesas/aquisições não monetárias correspondem às aquisições realizadas dentro dos períodos de referência da pesquisa e disponíveis para utilização, de produtos provenientes de produção própria, retiradas do negócio, troca, doação e outras formas de obtenção que não envolveram pagamentos monetários. São investigadas para todos os produtos adquiridos pelas famílias e para o serviço aluguel do domicílio³.

Para a obtenção da despesa total média mensal, são totalizadas as despesas médias mensais classificadas em três grandes grupos: despesas correntes, aumento do ativo e diminuição do passivo.

As despesas correntes são formadas por dois tipos de despesas: despesas de consumo, que se compõem dos seguintes grupamentos:

³ As despesas/aquisições não monetárias são valoradas a partir de estimativa do informante no momento da pesquisa.

alimentação, habitação, vestuário, transporte, higiene e cuidados pessoais, assistência à saúde, educação, recreação e cultura, fumo, serviços pessoais e despesas diversas e mais as outras despesas correntes, que incluem os impostos, contribuições trabalhistas, serviços bancários, pensões, mesadas, doações e outras despesas correntes.

Ao grupo aumento do ativo, correspondem as despesas com a aquisição de imóvel, a reforma de imóvel e outros investimentos.

O último grande grupo, diminuição do passivo, contabiliza as despesas com pagamentos de empréstimos e prestações de financiamento de imóvel.

Nos comentários e análises dos resultados, inicialmente são apresentados os grupamentos mais agregados, com enfoque na despesa total, segundo os grandes grupos que a compõem. Na sequência, são focalizadas as despesas de consumo e, por fim, são comentadas as despesas com alimentação, segundo as participações de diferentes categorias de produtos.

Os resultados são apresentados, segundo comparações das despesas obtidas, a partir da POF 2017-2018 no nível Brasil, entre as áreas urbana e rural, entre as Grandes Regiões e classes de rendimentos. Além disso, quando pertinente, são comparados com os resultados observados nas pesquisas POF 2008-2009, POF 2002-2003 e no Estudo Nacional da Despesa Familiar - ENDEF 1974-1975.

Despesa total

A partir dos dados da POF 2017-2018 observou-se o valor de R\$ 4 649,03 para a estimativa da despesa total média mensal familiar no Brasil. Na análise dos valores da despesa total no Brasil e nas situações urbana e rural, realizada através da Tabela 2 e do Gráfico 1, observa-se estimativas bastante distintas. Para a situação urbana, quando comparada com o valor nacional, o valor da despesa total média foi 7,2% maior, em contrapartida o valor da despesa total média mensal na rural foi 45,3% inferior ao valor do Brasil. As maiores despesas totais médias mensais observadas ocorreram para as Regiões Centro-Oeste, com o valor de R\$ 5 762,12, e Sudeste com o valor de R\$ 5 415,49. As Regiões Norte (R\$ 3 178,63) e Nordeste (R\$ 3 166,07) apresentaram valores bem próximos, ambos abaixo da média nacional, como pode ser observado no Gráfico 1.

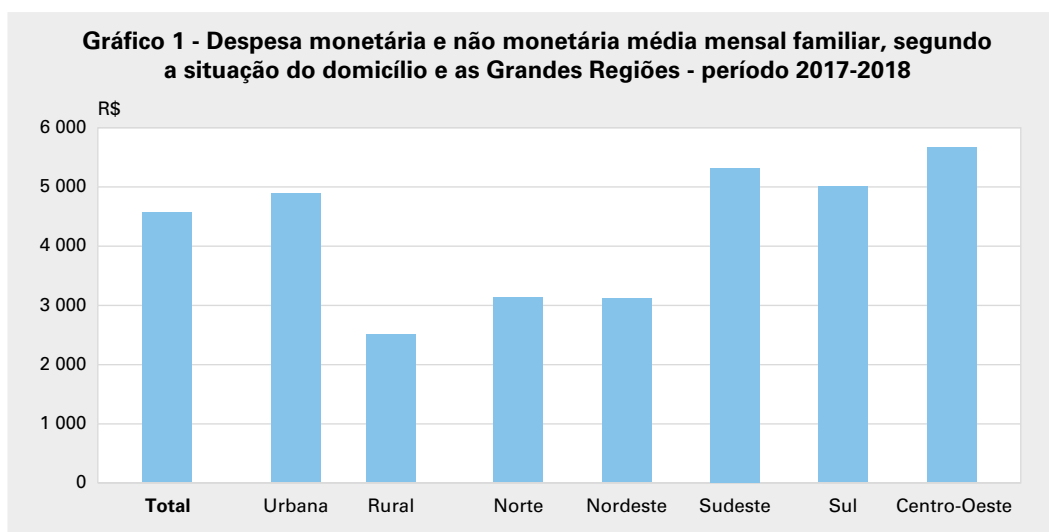
A Tabela 2 apresenta também a distribuição percentual da despesa total, segundo os grandes grupos de despesas que a compõem, no Brasil e nas áreas urbana e rural do País. No âmbito da despesa total, verifica-se que as despesas correntes alcançaram uma participação de 92,7%, tendo sido 81,0% referentes à parcela das despesas de consumo e 11,7% referentes às outras despesas correntes. Registraram-se participações de 4,1% referentes ao aumento do ativo e 3,2% para a diminuição do passivo

Tabela 2 - Despesa monetária e não monetária média mensal familiar, por situação do domicílio, segundo os tipos de despesa - Brasil - período 2017-2018

Tipos de despesa	Despesa monetária e não monetária média mensal familiar (R\$)		
	Total	Situação do domicílio	
		Urbana	Rural
Valor (R\$)			
Total	4 649,03	4 985,39	2 543,15
Distribuição percentual (%)			
Despesas correntes	92,7	92,8	91,7
Despesas de consumo	81,0	80,7	84,9
Outras	11,7	12,1	6,8
Aumento do ativo	4,1	4,0	4,5
Diminuição do passivo	3,2	3,2	3,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

Gráfico 1 - Despesa monetária e não monetária média mensal familiar, segundo a situação do domicílio e as Grandes Regiões - período 2017-2018



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

Seguindo a análise, observa-se que o grande grupo despesas correntes apresentou resultados muito próximos para as participações percentuais nos três estratos (Brasil, urbano e rural), alcançando cerca de 92%. Porém, cabe ressaltar maiores diferenças quando se avalia as parcelas que compõem as despesas de consumo, principalmente entre os recortes urbano e rural do País.

Em relação às participações percentuais, entre o Brasil e a situação urbana nacional, as diferenças são em geral pequenas, inferiores a 1,0 ponto percentual entre os grupos de despesas de consumo e o grupo outras despesas correntes. Entretanto, quando comparadas as participações percentuais entre as áreas urbana e rural do País, os resultados são bem distintos, mostrando diferenças significativas tanto para o grupo de despesas de consumo que na rural superou em 4,2 pontos percentuais a participação na urbana, como para o grupo outras despesas correntes ficando a rural menor em 5,3 pontos percentuais. Tais diferenças são explicadas por despesas com impostos, contribuições trabalhistas e serviços bancários principalmente.

Na Tabela 3, são apresentadas as composições da despesa total para as cinco Grandes Regiões, permitindo a comparação com o Brasil e os estratos urbano e rural. Verificaram-se para as despesas correntes oscilações pouco significativas em relação à média nacional (92,7%). Porém, quando a análise é feita nos componentes deste grande grupo, a tabela mostra que as Regiões Norte e Nordeste apresentaram valores semelhantes para as despesas de consumo, tendo a Região Centro-Oeste apresentado o menor percentual. No que se refere às outras despesas correntes, destacam-se as Regiões Sudeste e Centro-Oeste com os maiores percentuais.

Tabela 3 - Despesa monetária e não monetária média mensal familiar, por situação do domicílio e Grandes Regiões, segundo os tipos de despesa - período 2017-2018

Tipos de despesa	Despesa monetária e não monetária média mensal familiar							
	Brasil			Grandes Regiões				
	Total	Situação do domicílio		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
		Urbana	Rural					
Valor (R\$)								
Total	4 649,03	4 985,39	2 543,15	3 178,63	3 166,07	5 415,49	5 102,73	5 762,12
Distribuição (%)								
Despesa total								
Monetária	81,9	82,3	77,5	81,0	81,5	81,6	82,1	84,1
Não monetária	18,1	17,7	22,5	19,0	18,5	18,4	17,9	15,9
Despesas correntes								
De consumo	92,7	92,8	91,7	93,3	93,7	93,4	90,4	90,8
Outras	81,0	80,7	84,9	83,0	84,3	81,1	79,1	76,4
Outras	11,7	12,1	6,8	10,3	9,4	12,3	11,3	14,4
Aumento do ativo	4,1	4,0	4,5	3,4	2,5	3,8	6,2	4,7
Diminuição do passivo	3,2	3,2	3,8	3,3	3,8	2,7	3,4	4,4

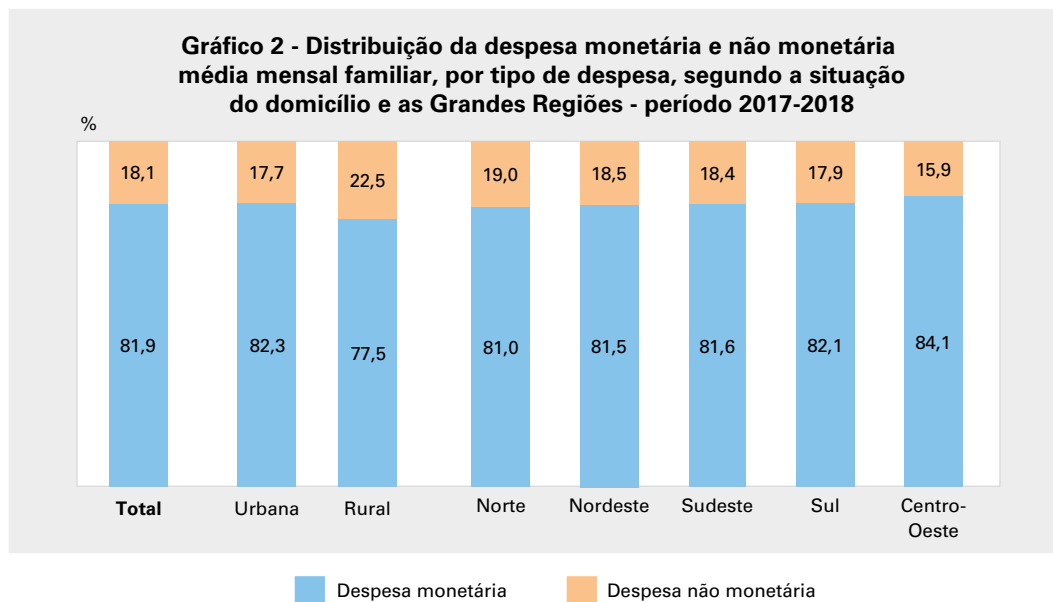
Fonte: Fonte : IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

Avançando ainda na análise dos grandes grupos de despesas, para o grupo aumento do ativo, merecem destaque a Região Sul, que apresentou a maior participação entre as Grandes Regiões, com 6,2% e a Região Centro-Oeste, com participação na ordem de 4,7%, percentuais acima da participação da média nacional que foi de 4,1%. No grupo diminuição do passivo, os resultados regionais foram similares e as Regiões Centro-Oeste (4,4%) e Nordeste (3,8%) registraram os maiores resultados.

Na Tabela 3 e no Gráfico 2 são apresentados os resultados da despesa total, segundo as componentes monetária e não monetária. Para as despesas monetárias, os percentuais para as Grandes Regiões ficaram entre 81,0% e 84,1%. Já as participações das despesas não monetárias ficaram entre 15,9% e 18,5%.

Quando se observam as participações das despesas não monetárias das famílias moradoras em domicílios em situações urbana e rural, verificaram-se diferenças significativas entre as participações. A área urbana apresentou participação média de 17,7%, enquanto na área rural esta participação ficou em 22,5%.

Nos parágrafos seguintes são comentadas e apresentadas comparações das participações dos grandes grupos de classificação das despesas (despesas correntes, aumento do ativo e diminuição do passivo), obtidas no ENDEF 1974-1975, POF 2002-2003, POF 2008-2009 e POF 2017-2018, e aspectos relacionados com o comportamento das estruturas de despesas das famílias



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

Observando a Tabela 4 e Gráfico 3, nota-se que uma estabilidade na participação das despesas do grupo despesas correntes. Este grupo que apresenta a maior parte dos tipos de despesas observados nas famílias, saltou de uma participação de cerca de 80% no ENDEF 1974-1975 para cerca de 92%, considerando os percentuais apurados ao longo das três POFs executadas no intervalo 2002-2018.

As despesas de consumo compõem as principais despesas no grupo despesas correntes, tendo à época do ENDEF 1974-1975 alcançado um percentual de aproximadamente 75% da despesa total. Todavia, com a mudança ocorrida na estrutura de despesas das famílias, passados mais de 40 anos, as despesas de consumo aumentaram a participação na despesa total, tendo alcançado 84,2% segundo estimativa da POF 2002-2003. Com os resultados da POF 2017-2018, constata-se mais uma vez a estabilidade desta participação.

Complementando o grupo de despesas correntes, destaca-se o crescimento da parcela denominada outras despesas correntes, se comparada com a sua participação no período 1974-1975. Os tipos de despesas registrados como outras despesas correntes estão, por exemplo, as contribuições trabalhistas, impostos, pensões, etc. As participações destes tipos de despesas apresentaram significativo aumento entre o ENDEF e o período das POF de amplitude nacional, saindo de uma participação de 5,3% para 11,7% na POF 2017-2018. No que se refere ao comportamento entre as três edições da POF, verifica-se uma variação muito pequena, sugerindo uma estabilidade nesta participação até o momento.

Tabela 4 - Distribuição da despesa monetária e não monetária média mensal familiar, no ENDEF e na POF, segundo os tipos de despesa - Brasil - 1974/2018

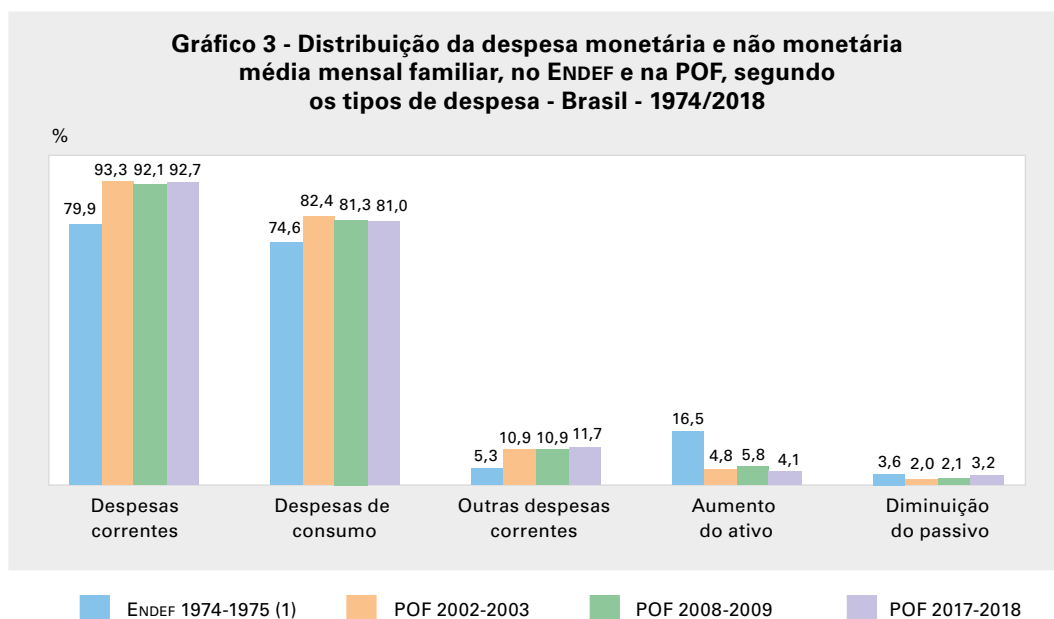
Tipos de despesa	Distribuição da despesa monetária e não monetária média mensal familiar (%)			
	ENDEF 1974-1975 (1)	POF		
		2002-2003	2008-2009	2017-2018
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Despesas correntes	79,9	93,3	92,1	92,7
Despesas de consumo	74,6	82,4	81,3	81,0
Outras	5,3	10,9	10,9	11,7
Aumento do ativo	16,5	4,8	5,8	4,1
Diminuição do passivo	3,6	2,0	2,1	3,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Estudo Nacional da Despesa Familiar 1974-1975 e Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003/2017-2018.

(1) Exclui a área rural das Regiões Norte e Centro-Oeste.

A participação das despesas registradas no aumento do ativo, como aquisição de imóvel, reforma de imóvel e outros investimentos, apresentou na POF 2017-2018 o valor de 4,1% no total das despesas. Importante notar que este grupo teve forte queda ao longo dos quase 30 anos que se passaram entre o ENDEF 1974-1975 e a POF 2002-2003. Para o período entre as POFs, o valor vem apresentando pouca variação, tendo agora apresentado uma diferença de menos 1,7 pontos percentuais em relação ao resultado da pesquisa anterior.

Completando os grupos formadores da despesa total, o grupo de despesas referentes à diminuição do passivo apresentou as menores variações na tendência histórica. Neste grande grupo, encontram-se as despesas com pagamento de empréstimos e prestações de imóvel. Após uma manutenção no nível participação nas pesquisas POF 2002-2003 e POF 2008-2009, o percentual apresentou-se um pouco maior para a POF 2017-2018, chegando a 3,2%. Este percentual aproxima-se do observado no período do ENDEF, quando representava 3,6% da despesa total.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Estudo Nacional da Despesa Familiar 1974-1975 e Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003/2017-2018.

(1) Exclui a área rural das Regiões Norte e Centro-Oeste.

Despesa de consumo

As despesas de consumo correspondem ao mais importante componente da estrutura de despesas das famílias. A estimativa da participação das despesas de consumo na despesa total, obtida a partir da POF 2017-2018, foi de 81,0% para o Brasil, com média mensal de R\$ 3 764,51. O valor médio das despesas de consumo realizadas pelas famílias residentes em situação rural (R\$ 2 158,83) correspondeu a 57,3% da média nacional desse tipo de despesa e a 53,7% do gasto médio das famílias em situação urbana (R\$ 4 020,98).

A seguir, são apresentados alguns comentários sobre as participações das despesas dos diferentes grupos que integram o consumo familiar em relação ao total dos gastos de consumo. De acordo com a Tabela 5 e o Gráfico 4, observa-se que as despesas com alimentação, habitação e transporte corresponderam a 72,2% da despesa de consumo média mensal das famílias brasileiras, o que representava 58,4% da despesa total.

Tabela 5 - Distribuição da despesa de consumo monetária e não monetária média mensal familiar, por tipos de despesa de consumo, segundo a situação do domicílio e as Grandes Regiões - período 2017-2018

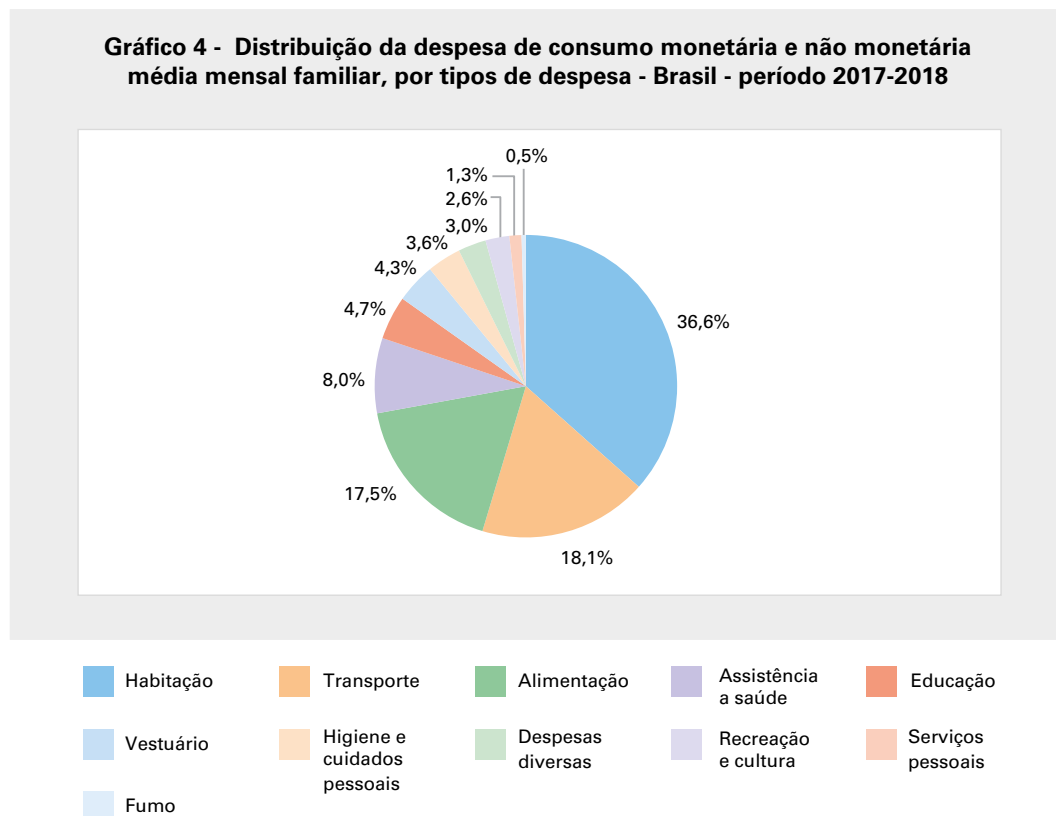
Situação do domicílio e Grandes Regiões	Distribuição das despesas de consumo monetária e não monetária média mensal (%)											
	Total	Tipo de despesas										
		Alimentação	Habitação	Vestuário	Transporte	Higiene e cuidados pessoais	Assistência à saúde	Educação	Recreação e cultura	Fumo	Serviços pessoais	Despesas diversas
Brasil	100,0	17,5	36,6	4,3	18,1	3,6	8,0	4,7	2,6	0,5	1,3	3,0
Urbana	100,0	16,9	37,1	4,2	17,9	3,6	8,0	4,9	2,6	0,5	1,3	3,0
Rural	100,0	23,8	30,9	4,7	20,0	4,5	8,0	2,3	1,8	0,5	0,9	2,5
Norte	100,0	21,0	36,4	5,3	16,6	5,7	5,4	3,2	2,5	0,3	1,1	2,4
Nordeste	100,0	22,0	32,4	5,1	16,2	5,0	8,0	4,7	2,5	0,4	1,3	2,4
Sudeste	100,0	15,8	39,0	3,7	17,5	3,0	8,5	5,1	2,5	0,5	1,3	3,0
Sul	100,0	17,1	35,7	4,5	20,6	3,3	7,3	3,7	2,6	0,6	1,2	3,3
Centro-Oeste	100,0	16,6	33,4	4,5	21,0	3,6	8,0	4,7	2,7	0,4	1,3	3,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

As participações nos gastos de consumo segundo grupamentos diferiram entre as situações urbana e rural e para os três grupamentos mais importantes isso também ocorreu: na alimentação a proporção nos gastos totais da situação rural (23,8%) superou a da urbana (16,9%), bem como as despesas com transporte (20,0% rural e 17,9% urbano), e na habitação essa relação se inverteu, com a participação da urbana (37,1%) tendo suplantado a da rural (30,9%).

Cabe destacar que as despesas com habitação responderam pela maior participação nas despesas monetária e não monetária de consumo das famílias, tanto em nível nacional (36,6%) como regional. Para este grupo, as Regiões Sudeste (39,0%) e Norte (36,4%) apresentaram as maiores participações no total das despesas de consu-

mo. Quanto ao transporte, observaram-se as maiores participações no consumo das famílias residentes nas Regiões Centro-Oeste (21,0%) e Sul (20,6%), ambas superiores à encontrada para o Brasil (18,1%). A menor participação deste grupo nas despesas de consumo ocorreu na Região Nordeste (16,2%).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

A terceira maior participação nos gastos nacionais com consumo ficou com o grupo alimentação (17,5%), com resultado muito próximo ao do grupo transporte (diferença de 0,6%). Esse quadro se repete na situação urbana, em que a participação de transporte (17,9%) supera a dos alimentos em apenas 1,0 ponto percentual. Na rural, a proporção de gastos com alimentação (23,8%) é superior à de transporte (20,0%). As Regiões Nordeste (22,0%) e Norte (21,0%) registraram participações do grupo alimentação nas despesas de consumo mais altas que a média nacional. A Região Sudeste apresentou o menor percentual para este grupo (15,8%).

A participação das despesas com assistência à saúde apresentou resultado mais elevado que o nacional (8,0%) na Região Sudeste (8,5%). Num patamar abaixo, encontrava-se a Região Sul com 7,3%. A Região Norte registrou a menor participação (5,4%). As participações desse grupo nas situações urbana e rural do País, bem como nas Regiões Nordeste e Centro-Oeste, foram iguais a média nacional.

Para as despesas com vestuário, a participação no Brasil foi de 4,3%, praticamente o mesmo resultado do recorte urbano do País (4,2%), tendo registrado 4,7% no rural. Entre as Grandes Regiões, o maior resultado relativo foi verificado na Região Norte (5,3%) e o menor, na Sudeste (3,7%) que apresentou participação abaixo da média nacional.

Dentre os grupos restantes, destacam-se educação (4,7%), higiene e cuidados pessoais (3,6%) e despesas diversas (3,0%)⁴. A educação, nesse subconjunto de componentes, foi o que apresentou a diferença mais relevante entre as participações da situação de residência urbana (4,9%) e da rural (2,3%).

Segundo as diferentes classes de rendimentos e variação patrimonial (que na continuação serão denominadas classes de rendimentos), a POF 2017-2018 registrou diferenças importantes entre as distribuições de gastos das famílias. Nesse comentário são exploradas as características das famílias das classes extremas de rendimentos definidas para apresentação dos dados da pesquisa: até R\$ 1 908,00 e acima de R\$ 23 850,00, por grupos de despesas de consumo e seu impacto nos gastos familiares totais.

O peso dos gastos com alimentação na despesa total (que inclui o consumo, as despesas correntes e outros) atendeu ao padrão esperado, ou seja, que o grupo alimentação tenha proporcionalmente um peso maior nas classes de menor rendimento, tendo alcançado 22,6% quando os rendimentos foram até R\$ 1 908,00 e, 7,6% na classe superior com renda acima de R\$ 23 850,00.

Quanto à habitação, quando os rendimentos foram os mais baixos, a participação na despesa total foi de 39,2% e, na situação oposta, foi de 22,6%. As famílias do primeiro grupo apresentaram participação mais significativa para os gastos com os itens aluguel (20,6% contra 10,7% do grupo com rendimentos mais elevados), serviços e taxas⁵ (11,2% contra 3,5%) e mobiliários e artigos para o lar e eletrodomésticos (2,1% contra 1,1%).

Com transporte, a participação registrada para o grupo de famílias com os maiores rendimentos foi maior: 15,3% contra 9,4%. Nesse componente, para as famílias menos beneficiadas, foi mais importante o item transporte urbano (2,1% contra 0,4%). Para a classe correspondente aos valores mais elevados de rendimentos, o item mais importante foi aquisição de veículos (7,5% contra 2,3%).

As participações das despesas com assistência à saúde foram similares, 5,9% e 5,6%. No entanto, a composição desses gastos difere bastante. Para a classe até R\$ 1 908,00, os remédios pesam 4,2%, ou seja, correspondem a 71,2% do dispêndio com saúde. A participação do gasto com medicamentos para a classe oposta é de 1,4%. Por outro lado, a participação correspondente ao plano/seguro de saúde foi de 2,9% na classe com rendimentos acima de R\$ 23 850,00, tendo alcançado 0,4% na classe oposta.

Quanto à educação, as participações, segundo a POF 2008-2009, foram de 1,9% quando os rendimentos eram os mais baixos e, de 5,1% na classe dos valores mais elevados.

⁴ O componente despesas diversas inclui jogos e apostas, cerimônias e festas, serviços pessoais, entre outros.

⁵ Integram os serviços e taxas a energia elétrica, os telefones fixo e celular, pacotes com telefone, televisão e Internet, gás, água e esgoto e outros.

Tabela 6 - Distribuição da despesa monetária e não monetária média mensal familiar, por classes extremas de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar, segundo os tipos de despesas selecionadas - Brasil - período 2017-2018

Tipos de despesas selecionadas	Distribuição da despesa monetária e não monetária média mensal familiar (%)		
	Total	Classes extremas de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar (1)	
		Até R\$ 1 908 (2)	Mais de R\$ 23 850
Despesa total	100,0	100,0	100,0
Despesas correntes	92,7	96,6	87,0
Despesas de consumo	81,0	92,6	66,3
Alimentação	14,2	22,0	7,6
Habitação	29,6	39,2	22,6
Aluguel	15,1	20,6	10,7
Serviços e taxas	7,4	11,2	3,5
Mobiliários e artigos do lar	1,4	2,1	1,1
Eletrodomésticos	1,3	2,3	0,6
Transporte	14,6	9,4	15,3
Urbano	1,3	2,1	0,4
Aquisição de veículos	5,6	2,3	7,5
Assistência à saúde	6,5	5,9	5,6
Remédios	2,9	4,2	1,4
Plano/seguro-saúde	2,1	0,4	2,9
Educação	3,8	1,9	5,1
Outras despesas de consumo	12,2	14,2	10,2
Outras despesas correntes	11,7	4,0	20,7
Aumento do ativo	4,1	1,4	9,6
Diminuição do passivo	3,2	2,0	3,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

Nota: As classes referem-se a rendimento total e variação patrimonial, mas são chamadas classes de rendimentos por simplificação.

(1) Inclui o rendimento monetário, o rendimento não monetário estimado a partir da utilização e do consumo de produtos que são adquiridos através de despesas não monetárias e a variação patrimonial obtida através de vendas de bens imóveis e retiradas de aplicações financeiras. Inclui, também, o aluguel estimado pelas unidades de consumo com condição de ocupação diferente de alugado, deduzidas as despesas com manutenção, impostos, taxas e seguros. (2) Inclusive sem rendimento.

Os comentários e resultados que seguem referem-se às comparações entre o ENDEF 1974-1975, a POF 2002-2003, a POF 2008-2009 e a POF 2017-2018, cabendo lembrar as diferenças entre as coberturas geográficas do ENDEF e das POFs, mencionadas anteriormente.

Ademais, as comparações que serão apresentadas a seguir estão limitadas às aquisições das famílias referentes às despesas de consumo de uma parte dos grupos de produtos e serviços. Este procedimento foi necessário em função das diferenças existentes entre o ENDEF e as POFs, no que diz respeito à classificação dos itens de consumo utilizada. Foram selecionados cinco grupos - alimentação, habitação, transporte, assistência à saúde e educação - que atenderam ao requisito da padronização para viabilizar a observação comparativa e responderam, segundo as POF 2002-2003, POF 2008-2009 e POF 2017-2018, por 85,3%, 85,5% e 84,9%, respectivamente, do total das despesas de consumo. Segundo o ENDEF 1974-1975, eles totalizavam 82,0%, como pode ser observado nas Tabelas 7 e 8, a seguir.

Tabela 7 - Participação na despesa de consumo monetária e não monetária média mensal familiar, no ENDEF e na POF, segundo os tipos de despesas selecionadas - Brasil - 1974/2018

Tipos de despesas selecionadas	Participação na despesa de consumo monetária e não monetária média mensal familiar (%)			
	ENDEF 1974 - 1975 (1)	POF		
		2002-2003	2008-2009	2017-2018
Alimentação	33,9	20,8	19,8	17,5
Habitação	30,4	35,5	35,9	36,6
Transporte	11,2	18,4	19,6	18,1
Assistência à saúde	4,2	6,5	7,2	8,0
Educação	2,3	4,1	3,0	4,7
Outros	18,0	14,7	14,4	15,2

Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Estudo Nacional da Despesa Familiar 1974-1975 e Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003/2017-2018.

(1) Exclusiva a área rural das Regiões Norte e Centro-Oeste.

Tabela 8 - Participação na despesa de consumo monetária e não monetária média mensal familiar, no ENDEF e na POF, por situação do domicílio, segundo os tipos de despesas selecionadas - Brasil - 1974/2018

Tipos de despesas selecionadas	Participação na despesa de consumo monetária e não monetária média mensal familiar, por situação do domicílio							
	Urbana				Rural			
	ENDEF 1974-1975	POF			ENDEF 1974-1975 (1)	POF		
		2002-2003	2008-2009	2017-2018		2002-2003	2008-2009	2017-2018
Alimentação	30,1	19,6	19,0	16,9	53,2	34,1	27,6	23,8
Habitação	32,7	36,1	36,4	37,1	17,8	28,7	30,6	30,9
Transporte	11,9	18,5	19,5	17,9	7,5	17,9	20,6	20,0
Assistência à saúde	4,1	6,6	7,3	8,0	5,0	5,4	6,5	8,0
Educação	2,6	4,3	3,2	4,9	0,9	1,5	1,3	2,3
Outros	18,7	14,9	14,6	15,2	15,5	12,5	13,5	14,9

Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Estudo Nacional da Despesa Familiar 1974-1975 e Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003/2017-2018.

(1) Exclusiva a área rural das Regiões Norte e Centro-Oeste.

Na avaliação dos resultados para o Brasil e para as situações urbana e rural, as participações destes cinco grupos sofreram alterações expressivas no período considerado.

O grupo alimentação, que na POF 2017-2018, representou 17,5% do total das despesas de consumo, na POF 2008-2009 registrou participação de 19,8%, na POF 2002-2003, 20,8% e no ENDEF 1974-1975, 33,9%. A evolução dessa participação entre as POFs e o ENDEF confirma o comportamento de queda que vem sendo observado (inclusive por meio das POFs das décadas de 1980 e 1990, realizadas nos principais centros urbanos do País). Para o recorte urbano do Brasil, as alterações também foram significativas desde o ENDEF 1974-1975 (30,1%) até a POF 2002-2003 (19,6%), tendo sido ratificada a redução na POF 2008-2009 (19%) e agora na POF 2017-2018 (16,9%). Na área rural, as quedas foram mais intensas considerando as quatro pesquisas: ENDEF 1974-1975 (53,2%), POF 2002-2003 (34,1%), POF 2008-2009 (27,6%) e POF 2017-2018 (23,8%).

No grupo de despesas com habitação, os resultados das POFs apontam crescimentos significativos em relação ao ENDEF, mas quase uma estabilidade entre as POFs, com pequeno crescimento entre elas. Para o Brasil, verificou-se na POF 2017-2018 participação de 36,6% do grupo habitação nas despesas de consumo, 35,9% na POF 2008-2009, 35,5% na POF 2002-2003 e 30,4% no ENDEF 1974-1975, indicando crescimento. Na situação urbana, a evolução das participações nos períodos ocorreu em escala mais suave no sentido do crescimento. Já na rural, o aumento da participação dos gastos com habitação no período avaliado foi mais significativo entre o ENDEF 1974-1975 (17,8%) e a POF 2002-2003 (28,7%). Entre a POF 2008-2009 (30,6%) e a POF 2017-2018 (30,9%) não houve variação significativa.

Quanto às participações das despesas com transporte, no resultado nacional, verificaram-se crescimentos de 7,2 pontos percentuais nos quase 30 anos que separam o ENDEF 1974-1975 e a POF 2002-2003 (de 11,2% a 18,4%) e depois uma estabilização no percentual que, na POF 2017-2018, foi de 18,1%. Para as famílias residentes em situação urbana, o crescimento acompanhou o resultado encontrado para o conjunto do País. Os gastos com transporte na situação rural, no entanto, apresentaram os crescimentos mais relevantes entre as primeiras edições das pesquisas. As participações registradas foram: no ENDEF 1974-1975, 7,5%; na POF 2002-2003, 17,9%; e na POF 2008-2009, 20,6%. Na POF 2017-2018 o percentual do grupo transporte na área rural foi de 20,0%.

As participações do grupo assistência à saúde mostraram crescimento entre as pesquisas. Para o País, tinha registrado 4,2% no ENDEF 1974-1975, 6,5% na POF 2002-2003, 7,2% na POF 2008-2009 e 8,0% na POF 2017-2018. Esta tendência também pode ser observada quando são analisadas as situações urbana e rural.

As participações referentes aos gastos com o grupo educação mostraram, no Brasil, entre o ENDEF 1974-1975 (2,3%) e a POF 2017-2018 (4,7%) uma variação de 2,4 pontos percentuais. No caso da situação dos domicílios urbanos e rurais, a variação foi similar ao encontrado para o País. Entretanto, no caso dos domicílios rurais, as médias foram sempre inferiores as médias nacionais, variando de 0,9% no ENDEF 1974-1975 a 2,3% na POF 2017-2018.

Despesa com alimentação

As despesas com alimentação representam, segundo os resultados da pesquisa, 14,2% da despesa total e 17,5% das despesas de consumo realizadas pelas famílias brasileiras. A apresentação dos resultados e comentários relativos às despesas com alimentação encontra-se organizada em três partes. Inicialmente, são observados os hábitos alimentares a partir das despesas monetária e não monetária com alimentos para consumo dentro e fora do domicílio, sob três enfoques comparativos: por situação do domicílio (se localizado nas áreas urbana ou rural), por Grandes Regiões e por classes extremas de rendimento mensal familiar. Em seguida, é apresentado o detalhamento das despesas com alimentação no domicílio segundo grupamentos de produtos. Por fim, são feitas comparações com os resultados das POFs 2002-2003, 2008-2009 e 2017-2018.

As informações referentes aos valores absoluto e relativo correspondentes às despesas monetária e não monetária apresentadas na Tabela 9 mostram que o percentual de despesa com alimentação fora do domicílio na área urbana foi, na POF 2017-2018, 33,9% enquanto na área rural era de 24,0%. Quanto ao valor médio, em reais, da despesa com

alimentação fora do domicílio, a diferença entre os valores observados, nas áreas urbana e rural, foi bastante significativa, com o resultado da área urbana tendo sido 87,1% maior que o da área rural. Por outro lado, os valores médios, em reais, da despesa com alimentação no domicílio apresentaram uma diferença bem menor entre as áreas, com a superioridade de 15,0%, dos valores despendidos pelas famílias em situação urbana.

Tabela 9 - Despesa monetária e não monetária média mensal familiar com alimentação, por situação do domicílio, segundo o tipo de despesa, com indicação do número e tamanho médio das famílias - Brasil - período 2017-2018

Tipo de despesa, número e tamanho médio das famílias	Despesa monetária e não monetária média mensal familiar com alimentação		
	Total	Situação do domicílio	
		Urbana	Rural
Valor (R\$)			
Despesa com alimentação	658,23	681,13	514,84
No domicílio	442,27	450,37	391,52
Fora do domicílio	215,96	230,76	123,32
Distribuição (%)			
Despesa com alimentação	100,0	100,0	100,0
No domicílio	67,2	66,1	76,0
Fora do domicílio	32,8	33,9	24,0
Número de famílias	69 017 704	59 512 143	9 505 562
Tamanho médio das famílias (pessoas)	3,0	3,0	3,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

A análise regional (Tabela 10) aponta que os maiores percentuais com alimentação fora do domicílio ocorreram nas Regiões Centro-Oeste (38,0%) e Sudeste (34,2%), que ficaram acima da média nacional (32,8%). O menor percentual ocorreu na Região Norte (21,4%).

Em relação ao valor da despesa média mensal familiar com alimentação fora do domicílio, observa-se que o valor na Região Centro-Oeste (R\$ 277,68), o maior do Brasil, foi 133,8% maior que o valor na Região Norte (R\$ 118,79), o menor valor do País.

Na comparação que considera as classes extremas de rendimento mensal familiar (Tabela 11), a POF 2017-2018 registrou que as famílias com rendimentos mais baixos (até R\$ 1 908,00) apresentaram uma proporção de 20,6% de despesa com alimentação fora do domicílio, contra 79,4% de despesa com alimentação no domicílio. Já para as famílias com rendimentos mais altos (acima de R\$ 23 850,00), a proporção da despesa com alimentação fora do domicílio, no total gasto com alimentação, foi de 50,3%, contra 49,7% de despesa com alimentação no domicílio.

Ainda na Tabela 11, observa-se que o valor, em reais, da despesa total com alimentação realizada pelas famílias com rendimentos mais altos foi, na POF 2017-2018, mais que o triplo do valor da média do total de famílias do País e mais de seis vezes o valor da classe com rendimentos mais baixos. Já o valor da despesa com alimentação no domicílio na classe com rendimentos mais altos foi mais que o dobro da média nacional e quase quatro vezes maior que o valor na classe com rendimentos mais baixos. A diferença foi ainda mais acentuada entre os valores

correspondentes à alimentação fora do domicílio, que na classe com rendimentos mais altos foi de 4,8 vezes o valor da média nacional, e 15,3 vezes o valor da classe com rendimentos mais baixos.

Tabela 10 - Despesa monetária e não monetária média mensal familiar com alimentação, por Grandes Regiões, segundo o tipo de despesa, com indicação do número e tamanho médio das famílias - período 2017-2018

Tipo de despesa, número e tamanho médio das famílias	Despesa monetária e não monetária média mensal familiar com alimentação					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Valor (R\$)						
Despesa com alimentação	658,23	554,13	587,11	692,73	692,33	731,26
No domicílio	442,27	435,34	397,39	455,75	477,05	453,57
Fora do domicílio	215,96	118,79	189,72	236,98	215,28	277,68
Distribuição (%)						
Despesa com alimentação	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
No domicílio	67,2	78,6	67,7	65,8	68,9	62,0
Fora do domicílio	32,8	21,4	32,3	34,2	31,1	38,0
Número de famílias	69 017 704	5 015 651	17 874 197	30 127 752	10 645 721	5 354 383
Tamanho médio das famílias (pessoas)	3,0	3,5	3,2	2,9	2,8	3,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

Tabela 11 - Despesa monetária e não monetária média mensal familiar com alimentação, por classes extremas de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar, segundo o tipo de despesa, com indicação do número e tamanho médio das famílias - Brasil - período 2017-2018

Tipo de despesa, número e tamanho médio das famílias	Despesa monetária e não monetária média mensal familiar com alimentação		
	Total	Classes extremas de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar	
		Até R\$ 1 908 (1)	Mais de R\$ 23 850
Valor (R\$)			
Despesa com alimentação	658,23	328,74	2061,34
Alimentação no domicílio	442,27	261,05	1025,48
Alimentação fora do domicílio	215,96	67,69	1035,86
Distribuição (%)			
Despesa com alimentação	100,0	100,0	100,0
Alimentação no domicílio	67,2	79,4	49,7
Alimentação fora do domicílio	32,8	20,6	50,3
Número de famílias	69 017 704	16 470 313	1 842 567
Tamanho médio das famílias (pessoas)	3,00	2,72	3,07

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018

(1) Inclusive sem rendimento.

Na sequência, os comentários focalizam a participação dos diversos grupos de produtos no total da despesa com alimentação no domicílio para o Brasil e entre as Grandes Regiões brasileiras.

Numa comparação entre as Grandes Regiões brasileiras, observa-se que o padrão de despesa das famílias com grupos de produtos que compõem a alimentação no domicílio apresentou diferenças relevantes regionalmente, como pode ser visto na Tabela 12.

Tabela 12 - Distribuição da despesa monetária e não monetária média mensal familiar com alimentação no domicílio, por Grandes Regiões, segundo os grupos de produto, com indicação do número e tamanho médio das famílias - período 2017-2018

Grupos de produto, número e tamanho médio das famílias	Distribuição da despesa monetária e não monetária média mensal familiar com alimentação no domicílio (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro- Oeste
Alimentação no domicílio	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Cereais, leguminosas e oleaginosas	5,0	5,7	6,7	4,5	3,7	5,1
Farinhas, féculas e massas	3,6	5,6	4,6	2,8	3,7	2,8
Açúcares e derivados	4,5	3,2	3,5	4,9	5,6	4,0
Legumes e verduras	3,6	2,4	3,5	3,9	3,4	4,2
Frutas	5,2	3,4	5,4	5,5	5,2	4,9
Carnes, vísceras e pescados	20,2	27,1	22,3	18,1	19,2	21,8
Aves e ovos	7,6	11,3	10,6	6,0	6,5	6,6
Leites e derivados	10,6	7,2	10,2	11,4	10,9	9,7
Panificados	10,3	8,2	10,4	11,0	9,6	9,1
Óleos e gorduras	1,7	1,6	1,4	1,8	1,6	1,8
Bebidas e infusões	10,6	11,4	7,6	11,1	13,3	10,2
Alimentos preparados	3,4	2,4	2,5	4,1	3,1	3,1
Outros alimentos	13,7	10,7	11,3	14,6	14,2	16,8
Número de famílias	69 017 704	5 015 651	17 874 197	30 127 752	10 645 721	5 354 383
Tamanho médio das famílias (pessoas)	3,00	3,54	3,16	2,90	2,78	2,96

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

A Região Norte destacou-se pelo maior percentual de despesa com o grupo carnes, vísceras e pescados (27,1%) e menores percentuais com os grupos leites e derivados (7,2%), panificados (8,2%) e legumes e verduras (2,4%). Diferentemente, a Região Sudeste apresentou o menor percentual do País com o grupo carnes, vísceras e pescados (18,1%) e os maiores percentuais com os grupos leites e derivados (11,4%) e panificados (11,0%).

Quanto ao grupo cereais, leguminosas e oleaginosas, verifica-se que o maior percentual ocorreu na Região Nordeste (6,7%), quase o dobro do encontrado na Região Sul (3,7%), que apresentou o menor percentual do País.

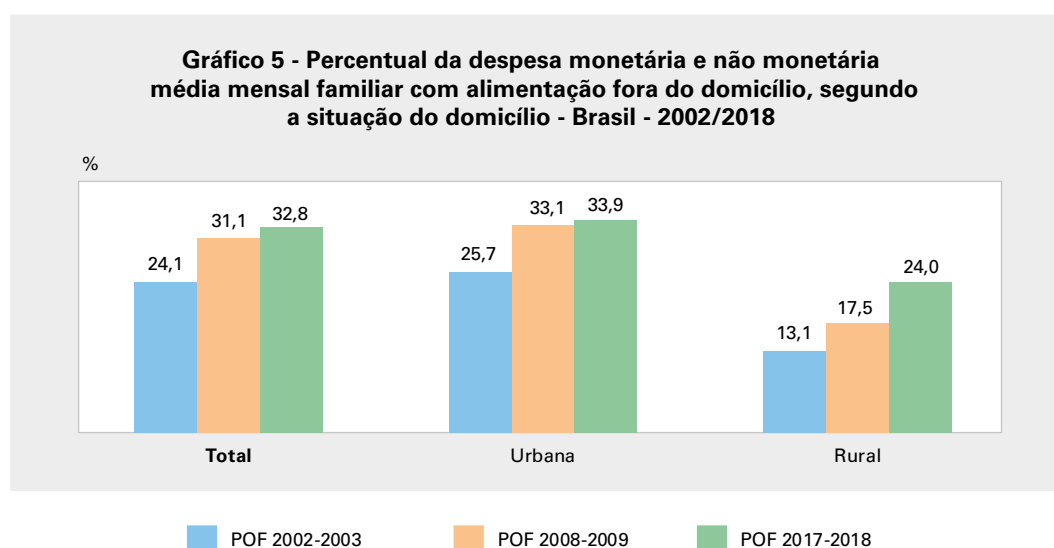
Na proporção de despesa com o grupo aves e ovos, as Regiões Norte e Nordeste apresentaram percentuais mais elevados (11,3% e 10,6% respectivamente) e com diferenças significativas em relação aos encontrados nas demais regiões.

A Região Nordeste apresentou uma proporção de 7,6% relativa ao grupo bebidas e infusões, muito inferior às encontradas nas outras regiões e quase a metade do percentual da Região Sul (13,3%).

Quanto ao grupo alimentos preparados, verifica-se que o maior percentual ocorreu na Região Sudeste (4,1%), enquanto a Região Norte apresentou o menor percentual (2,4%).

A seguir, são apresentadas algumas comparações com as POFs 2002-2003, 2008-2009 e 2017-2018. Entre os períodos de realização das pesquisas 2002/2019, observou-se um aumento significativo no percentual da despesa média mensal com alimentação fora do domicílio, praticamente em todos os níveis geográficos aqui analisados: total do País, situações urbana e rural, e Grandes Regiões. A única exceção é a Região Sudeste que entre a POF 2008-2009 e a POF 2017-2018 apresentou uma queda no percentual, que foi de 37,2% para 34,2%. O percentual da Região Norte, por sua vez, ficou inalterado no mesmo período (21,4%)

No Gráfico 5, verifica-se um aumento de 8,7 pontos percentuais no peso da despesa com alimentação fora do domicílio no País, entre a POF 2002-2003 e POF 2017-2018. Nesse mesmo período, é também notável o crescimento do percentual na área rural que foi de 13,1% na POF 2002-2003 para 24,0% na POF 2017-2018.

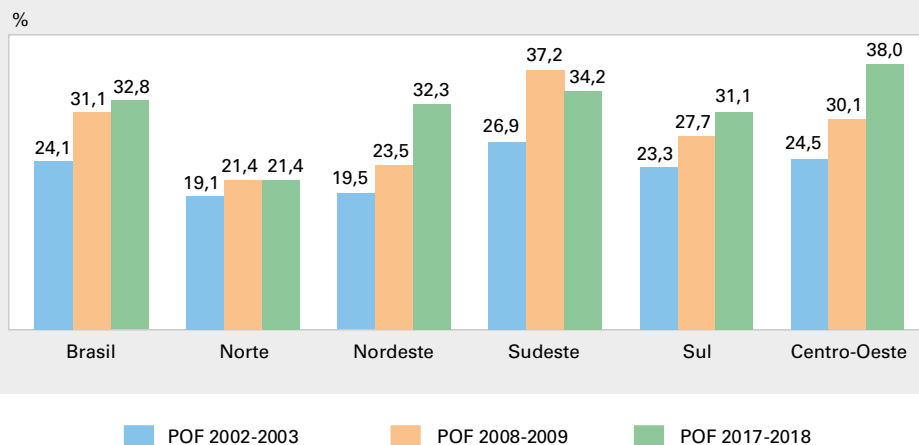


Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003/2017-2018.

Na perspectiva regional, de acordo com o Gráfico 6, os maiores aumentos do percentual com a alimentação fora do domicílio entre a POF 2002-2003 e a POF 2017-2018 ocorreram nas Regiões Centro-Oeste e Nordeste (13,5 e 12,8 pontos percentuais, respectivamente).

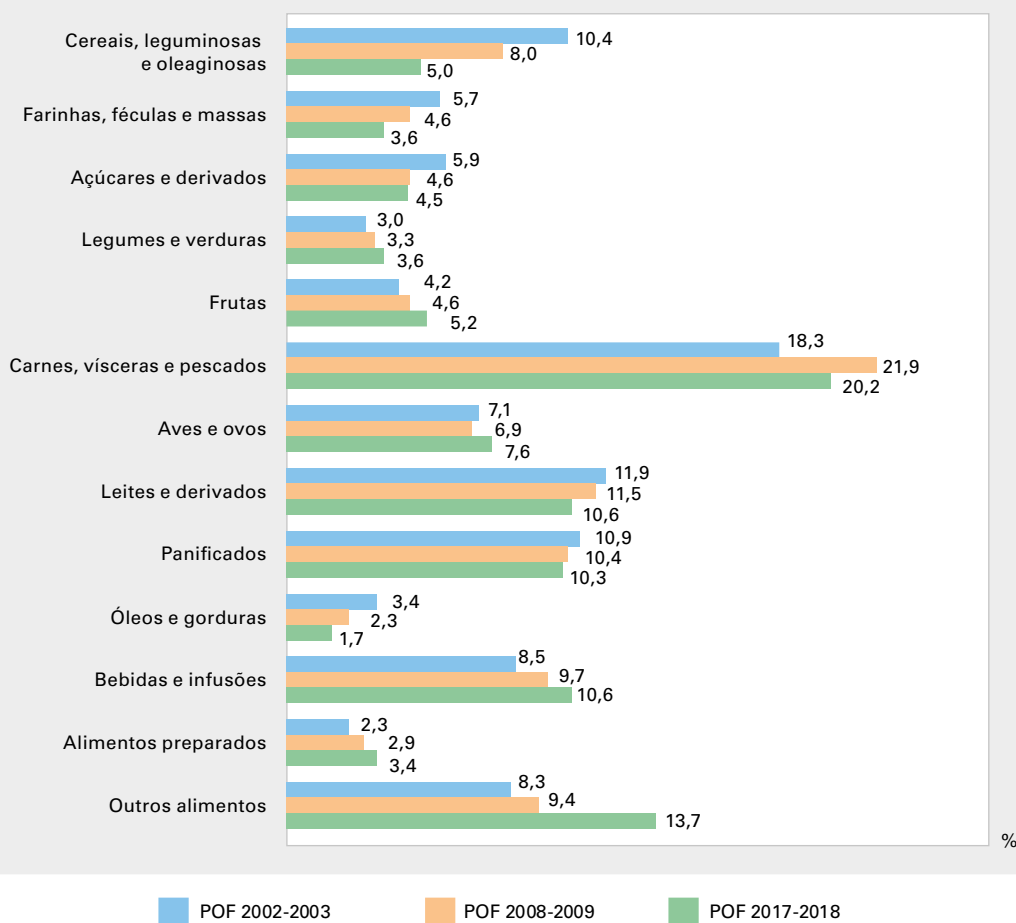
Na comparação dos pesos dos grupos de produtos na despesa com alimentação no domicílio, entre as edições da pesquisa apresentadas no Gráfico 7, destaca-se o grupo carnes, vísceras e pescados como o de maior peso (18,3% em 2002-2003, 21,9% em 2008-2009 e 20,2% em 2017-2018) e a queda da participação do grupo cereais, leguminosas e oleaginosas, passando de 10,4% para 5,0%. O grupo de outros alimentos também apresentou crescimento significativo de sua participação percentual, de 8,3% em 2002-2003 para 13,7% em 2017-2018.

Gráfico 6 - Percentual da despesa monetária e não monetária média mensal familiar com alimentação fora do domicílio, segundo as Grandes Regiões - 2002/2018



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003/2017-2018.

Gráfico 7 - Distribuição da despesa monetária e não monetária média mensal familiar com alimentação no domicílio, segundo os grupos de produtos - Brasil - 2002/2018



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003/2017-2018.

Rendimentos

O orçamento das famílias é composto tanto pelas despesas, analisadas nas seções anteriores, quanto pelas receitas, dadas pelos valores dos rendimentos e variações patrimoniais recebidos e registrados na pesquisa. Os rendimentos representam uma parte importante no orçamento familiar. A partir dos rendimentos auferidos por todos os membros das famílias, estas decidem quantos bens e serviços serão adquiridos e sua forma de aquisição. Além disso, entender a composição do rendimento pode dar indicativos da dinâmica econômica. O rendimento da POF é composto por dois grupos principais: no primeiro grupo estão os auferidos de forma monetária, o segundo grupo é não monetário. A parte monetária é formada por rendimentos captados no mercado de trabalho, nas transferências governamentais e intrafamiliares e associados ao patrimônio como, por exemplo, os aluguéis de imóveis. Além do rendimento, fazem parte do orçamento das famílias as variações no patrimônio, como saques da poupança, recebimento de herança, vendas de imóveis, etc., que também entram no orçamento das famílias. A parte não monetária é o valor imputado a partir das aquisições não monetárias das famílias. Este valor mostra o quanto de renda seria necessário para a aquisição desses bens.

Tabela 13 - Rendimento total e variação patrimonial médio mensal familiar, por tipos de origem dos recebimentos, segundo a situação do domicílio - Brasil - período 2017-2018

Situação do domicílio	Rendimento total e variação patrimonial médio mensal familiar							
	Total	Tipos de origem dos rendimentos						Variação patrimonial
		Rendimento total	Rendimento do trabalho	Transferência	Rendimento de aluguel	Outras rendas	Rendimento não monetário	
Valor (R\$)								
Total	5 426,70	5 088,70	3 118,66	1 056,85	89,30	36,99	786,90	338,00
Urbana	5 806,24	5 452,81	3 388,96	1 102,35	99,38	38,48	823,63	353,43
Rural	3 050,49	2 809,09	1 426,33	771,99	26,22	27,65	556,90	241,40
Distribuição (%)								
Total	100,0	93,8	57,5	19,5	1,6	0,7	14,5	6,2
Urbana	100,0	93,9	58,4	19,0	1,7	0,7	14,2	6,1
Rural	100,0	92,1	46,8	25,3	0,9	0,9	18,3	7,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

De acordo com a Tabela 13, no Brasil o rendimento total médio mensal auferido foi de R\$ 5 088,70. Agregando-se à variação patrimonial, este valor alcançou, em média, R\$ 5 426,70. Para famílias em áreas urbanas, o valor do rendimento total médio e da variação patrimonial foi de R\$ 5 806,24 enquanto em áreas rurais, R\$ 3 050,49. Ou seja, em média, as famílias em situação rural receberam pouco mais da metade (52,3%) dos valores que as famílias em áreas urbanas receberam, o que revela uma diferença significativa entre as duas áreas.

No Brasil, o valor médio do rendimento do trabalho foi de R\$ 3 118,66, o que representa 57,5% dos valores recebidos pelas famílias como rendimento e variação patrimonial. Decompondo o rendimento do trabalho, 69,1% pertencem a recebimentos provenientes de empregados, sejam públicos, privados ou domésticos, enquanto 19,2% pertencem a remunerações dos que trabalham por conta própria. O recorte geográfico revela a participação dos rendimentos do trabalho nos valores recebidos pelas famílias (rendimento e variação patrimonial): 58,4% nas áreas urbanas e 46,8% nas áreas rurais.

A segunda maior participação foi registrada pelas transferências (19,5%), que incluem as aposentadorias e pensões pública e privada, bolsas de estudos e programas sociais de transferência de renda. Para entender melhor a dinâmica das transferências, esta é dividida em subgrupos por fonte do pagamento, como as transferências do INSS, da previdência pública, dos programas sociais federais e outras transferências, além da previdência privada. Chama a atenção as aposentadorias e pensões do INSS, cuja a participação no total das transferências foi de 55,0%, os programas sociais federais representam 5,4% das transferências e apenas 1,0% dos valores recebidos como rendimentos e variação patrimonial. Nas áreas urbanas, as transferências têm peso similar ao encontrado no total do Brasil (19,0%). Todavia, quando se observa as transferências nas áreas rurais, este valor fica bem maior (25,3%), o que mostra o peso das transferências no orçamento das famílias nas áreas rurais. As aposentadorias e pensões do INSS são responsáveis por cerca de 70% do total das transferências nesta área.

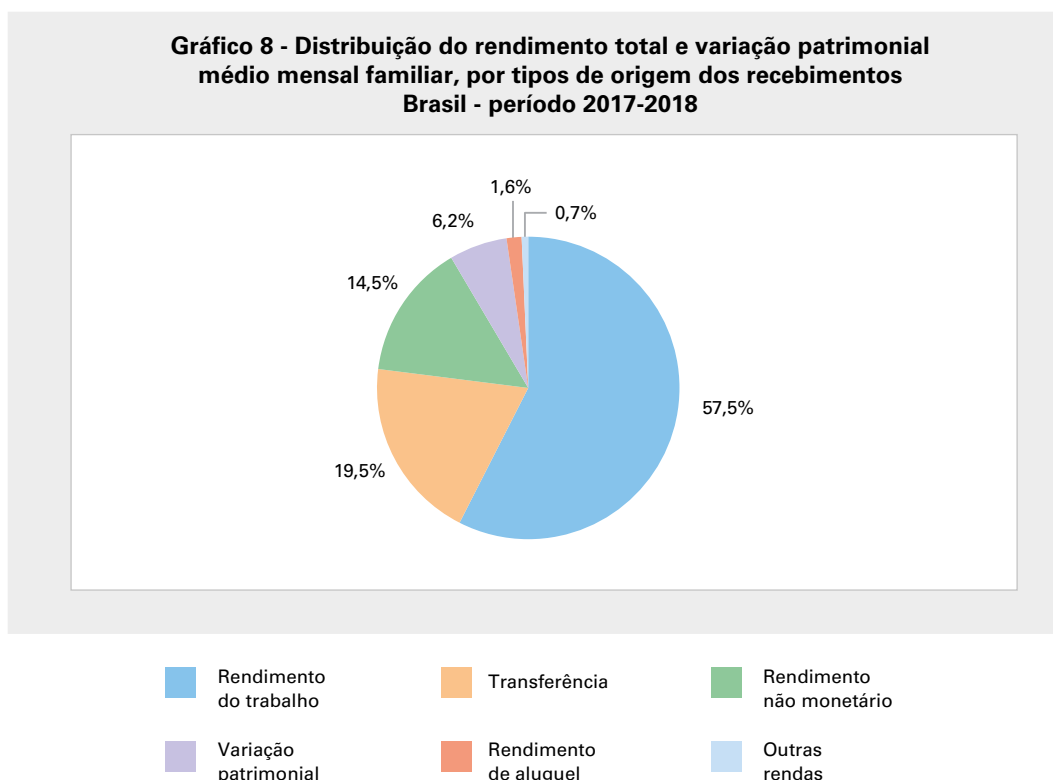
No Brasil os rendimentos de aluguel (de bens móveis e imóveis) e as outras rendas apresentaram as menores contribuições na composição do total dos valores recebidos (1,6% e 0,7% respectivamente). Tanto nas áreas urbanas (1,7% e 0,7%, respectivamente) quanto nas rurais (0,9% em ambas), estes componentes do rendimento também tiveram as menores participações.

Para o Brasil como um todo, 14,5% do total auferido pelas famílias foi não monetário. Dessa forma, os rendimentos não monetários tiveram um peso maior no orçamento das famílias do que o aluguel, a renda do trabalho por conta própria ou mesmo as aposentadorias e pensões do INSS. O peso deste componente foi ainda maior nas áreas rurais (18,3%).

Além dos componentes da renda descritos acima, há também um outro componente bastante importante, que é a variação patrimonial. Este componente mostra a parcela monetária que as famílias obtêm com resgate de valores dos seus ativos financeiros, como saques de poupança ou de outros ativos financeiros, bem como a venda de terrenos ou outros bens. No Brasil, a participação deste item representou 6,2%. No entanto, nas áreas rurais, a participação deste componente foi ainda maior (7,9%).

O Gráfico 8 apresenta a participação das diferentes fontes de rendimento e variação patrimonial para o Brasil.

**Gráfico 8 - Distribuição do rendimento total e variação patrimonial médio mensal familiar, por tipos de origem dos recebimentos
Brasil - período 2017-2018**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

Tabela 14 - Rendimento total e variação patrimonial médio mensal familiar, por tipos de origem dos recebimentos, segundo as Grandes Regiões - período 2017-2018

Grandes Regiões	Rendimento total e variação patrimonial médio mensal familiar							
	Total	Rendimento total	Origem dos rendimentos					Variação patrimonial
			Rendimento do trabalho	Transferência	Rendimento de aluguel	Outras rendas	Rendimento não monetário	
Valor (R\$)								
Brasil	5 426,70	5 088,70	3 118,66	1 056,85	89,30	36,99	786,90	338,00
Norte	3 647,70	3 451,73	2 223,69	594,52	38,13	24,63	570,77	195,96
Nordeste	3 557,98	3 379,28	1 871,25	876,30	33,63	40,20	557,91	178,70
Sudeste	6 391,29	5 994,16	3 712,68	1 206,74	119,81	32,86	922,07	397,13
Sul	5 995,55	5 614,99	3 425,88	1 196,90	108,98	32,53	850,71	380,56
Centro-Oeste	6 772,86	6 187,35	4 167,91	970,87	112,32	69,93	866,31	585,51
Distribuição (%)								
Brasil	100,0	93,8	57,5	19,5	1,6	0,7	14,5	6,2
Norte	100,0	94,6	61,0	16,3	1,0	0,7	15,6	5,4
Nordeste	100,0	95,0	52,6	24,6	0,9	1,1	15,7	5,0
Sudeste	100,0	93,8	58,1	18,9	1,9	0,5	14,4	6,2
Sul	100,0	93,7	57,1	20,0	1,8	0,5	14,2	6,3
Centro-Oeste	100,0	91,4	61,5	14,3	1,7	1,0	12,8	8,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

A análise regional (Tabela 14) indica que os maiores valores de rendimentos totais e variações patrimoniais médios foram observados no Centro-Oeste e, em seguida, no Sudeste, tais valores correspondem a 124,8% e 117,8% da média nacional, respectivamente. Os menores valores médios foram observados no Nordeste (R\$ 3 557,98) e Norte (R\$ 3 647,70) e correspondem à 65,6% e 67,2% da média nacional, respectivamente.

Em todas as regiões, o componente com a maior participação nos valores recebidos pelas famílias foi o rendimento do trabalho. As maiores participações do rendimento do trabalho foram registradas no Centro-Oeste (61,5%) e no Norte (61,0%). As menores participações foram registradas no Nordeste (52,6%). Decompondo o rendimento do trabalho, observa-se que, no Centro-Oeste, o rendimento dos empregados públicos e privados representavam 46,0% do total, enquanto no Nordeste o percentual é de apenas 37,0%.

Os rendimentos de transferências e trabalho tiveram comportamentos distintos. Na Região Nordeste foi registrada a maior participação das transferências (24,6%) nos valores recebidos. Já a menor foi registrada no Centro-Oeste (14,3%). No Nordeste, chamam a atenção as aposentadorias e pensões do INSS, cuja a participação nas transferências foi de 55,7% e dos programas sociais federais de 12,2%. Já na Região Centro-Oeste cabe ressaltar a participação das aposentadorias e pensões da previdência pública (36,4%).

No caso do rendimento não monetário, as Regiões Nordeste e Norte tiveram participações acima da média nacional (15,7% e 15,6%) enquanto no Centro-Oeste a menor participação (12,8%). As Regiões Sudeste e Sul ficaram próximas a média nacional (14,4% e 14,2%, respectivamente).

Na Tabela 15 estão as médias parciais que mostram as contribuições para os valores de rendimento total e a variação patrimonial, assim como a média global do Brasil. A região com maior participação no rendimento é a Região Sudeste com 51,4%. Cabe observar que tanto as regiões Nordeste e Sul possuem a mesma participação, 17,0% na renda total, apesar de possuírem rendimentos médios regionais bastante distintos. Outro ponto que chama a atenção é a participação da região Centro-Oeste, pois apesar de ter o maior rendimento médio entre das regiões, sua participação no rendimento médio do Brasil é foi apenas de 9,7%.

Tabela 15 - Contribuição acumulada para o rendimento total e variação patrimonial média mensal familiar e percentual acumulado das famílias, segundo as Grandes Regiões - período 2017-2018

Grandes Regiões	Contribuição acumulada para o rendimento total e variação patrimonial média mensal familiar			
	Valor (R\$)		Percentual acumulado (%)	
	Total	Acumulado	Total	Das famílias
Brasil	5 426,70	5 426,70	100,0	100,0
Norte	265,09	265,09	4,9	7,3
Centro-Oeste	525,44	790,52	14,6	15,0
Nordeste	921,45	1 711,97	31,5	40,9
Sul	924,79	2 636,76	48,6	56,3
Sudeste	2 789,94	5 426,70	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

Além disso, pode-se destacar a participação das famílias no rendimento médio total e variação patrimonial. Cerca de 41% das famílias estão no Norte, Centro-Oeste e Nordeste. Estas famílias contribuem com R\$ 1 711,97 para a média global de R\$ 5 426,70, o que equivale quase $\frac{1}{3}$ (mais especificamente 31,5%) dos valores recebidos por todas as famílias brasileiras.

Tabela 16 - Rendimento total e variação patrimonial médio mensal familiar acumulado, por classes de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar, segundo a situação do domicílio e as Grandes Regiões - período 2017-2018

Situação do domicílio e Grandes Regiões	Rendimento total e variação patrimonial médio mensal familiar acumulado							
	Total	Classes de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar						
		Até R\$ 1 908 (1)	Mais de R\$ 1 908 a R\$ 2 862	Mais de R\$ 2 862 a R\$ 5 724	Mais de R\$ 5 724 a R\$ 9 540	Mais de R\$ 9 540 a R\$ 14 310	Mais de R\$ 14 310 a R\$ 23 850	Mais de R\$ 23 850
Valores acumulados (R\$)								
Total	5 426,70	297,18	737,62	1 958,71	2 942,66	3 654,11	4 346,44	5 426,70
Urbana	5 806,24	265,93	688,60	1 959,41	3 034,63	3 826,54	4 600,42	5 806,24
Rural	3 050,49	492,81	1 044,53	1 954,37	2 366,89	2 574,60	2 756,29	3 050,49
Norte	3 647,70	456,18	932,97	1 917,51	2 537,62	2 880,09	3 265,60	3 647,70
Nordeste	3 557,98	464,37	981,24	1 923,25	2 461,85	2 815,51	3 164,73	3 557,98
Sudeste	6 391,29	219,56	633,50	1 982,31	3 150,92	4 047,36	4 884,55	6 391,29
Sul	5 995,55	193,48	577,71	1 970,78	3 325,07	4 267,48	5 070,26	5 995,55
Centro-Oeste	6 772,86	232,99	645,17	1 958,94	2 995,02	3 746,41	4 836,74	6 772,86
Percentual acumulado das famílias (%)								
Total	100,0	23,9	42,5	73,0	87,0	93,4	97,3	100,0
Urbana	100,0	20,9	38,7	70,3	85,5	92,6	97,0	100,0
Rural	100,0	42,5	66,2	90,2	96,3	98,2	99,3	100,0
Norte	100,0	39,1	59,5	85,0	93,8	96,8	99,0	100,0
Nordeste	100,0	39,4	61,6	86,0	93,6	96,8	98,9	100,0
Sudeste	100,0	16,4	33,8	67,1	83,6	91,7	96,4	100,0
Sul	100,0	14,8	30,8	65,1	84,3	92,8	97,4	100,0
Centro-Oeste	100,0	17,6	34,9	67,6	82,3	89,1	95,4	100,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

(1) Inclusive sem rendimento.

Na Tabela 16 estão alguns percentuais, as médias parciais de cada classe e as médias globais para o Brasil e seus contextos geográficos (urbano, rural e Grandes Regiões). Com os valores da Tabela 16 é possível analisar duas características fundamentais da distribuição dos rendimentos e variações patrimoniais: a composição da média e a concentração. Mais especificamente, as médias parciais ajudam nas estimativas das contribuições (acumuladas) das sete classes para os valores médios mensais dos rendimentos e da variação patrimonial em diferentes contextos geográficos, assim como o percentual (acumulado) das famílias das respectivas classes e contextos.

Na primeira classe de rendimento e variação patrimonial da Tabela 16 estão as famílias que viviam com até R\$ 1 908,00 (dois salários mínimos). Para o Brasil, 23,9%

das famílias estão nesta primeira classe. Ou seja, quase $\frac{1}{4}$ das famílias brasileiras viviam com um orçamento mensal cujas as receitas eram de, no máximo, dois salários mínimos. Este percentual corresponde a um grande contingente com cerca de 44,8 milhões de pessoas em 16,5 milhões de famílias. Por possuírem os mais baixos valores recebidos, tal contingente contribui com apenas 5,5% dos valores registrados. Isto significa que, da média mensal global de R\$ 5 426,70 apenas R\$ 297,18 vem deste grupo, indicando tanto a baixa apropriação dos rendimentos por estas famílias quanto a baixa contribuição das mesmas para a média global.

Acumulando as três primeiras classes de rendimento e variação patrimonial da Tabela 4, são agrupadas as famílias que vivem com R\$ 5 724,00 (seis salários mínimos) ou menos. Neste grupo estão quase $\frac{3}{4}$ das famílias brasileiras (mais precisamente 73,0% delas) o que corresponde a 147,8 milhões de pessoas em 50,4 milhões de famílias. Este numeroso grupo contribui com apenas 36,1% dos valores registrados, o que equivale a um pouco mais de $\frac{1}{3}$ dos valores. Ou seja, da média global de R\$ 5 426,70 apenas R\$ 1 958,71 vem deste grupo, indicando que aproximadamente $\frac{3}{4}$ das famílias tanto se apropriam quanto contribuem com cerca de $\frac{1}{3}$ da média global.

Ao acumular as quatro primeiras classes da Tabela 16, são agrupadas as famílias que viviam com 10 salários mínimos (R\$ 9 540,00) ou menos em seus orçamentos. Neste grupo estão quase $\frac{9}{10}$ das famílias brasileiras (mais especificamente 87,0% delas) e um pouco mais da $\frac{1}{2}$ da soma valores recebidos por todas as famílias brasileiras (mais especificamente 54,2%). Ou seja, da média global de R\$ 5 426,70, apenas R\$ 2 942,66 vem deste numeroso grupo formado por 179,2 milhões de pessoas em 60,0 milhões de famílias que receberam até 10 salários mínimos. Dito de outra forma, caso apenas os valores recebidos por este grupo (que cobre aproximadamente 9 de cada 10 famílias brasileiras) fossem repartidos igualmente por todas as famílias brasileiras, o valor médio mensal cairia para R\$ 2 942,66 o que equivale a pouco mais da metade da média global.

A diferença entre a média global de R\$ 5 426,70 e o valor médio de R\$ 2 942,66 é de R\$ 2 484,04. Este valor equivale tanto a contribuição quanto a apropriação da média global pelas famílias que receberam mais de 10 salários mínimos. Em termos percentuais, estas famílias se apropriam de 45,8% dos valores recebidos mesmo não sendo numerosa. Neste grupo estão apenas 13,0% das famílias brasileiras. Dito de outra forma, caso apenas os valores recebidos por este grupo (que cobre um pouco mais de 1 a cada 10 famílias brasileiras) fossem repartidos igualmente por todas as famílias, chegaríamos ao valor médio mensal de R\$ 2 484,04 o que equivale a pouco menos da metade da média global.

Na última classe estão apenas 2,7% das famílias brasileiras que receberam mais de 25 salários mínimos (R\$ 23 850,00). Este grupo contribui com R\$ 1 080,26 para média global de R\$ 5 426,70. Dessa forma este grupo se apropria de quase $\frac{1}{5}$ de todos os valores recebidos pelas famílias brasileiras (mais especificamente 19,9%).

Antes de analisar os resultados por contextos geográficos, cabe ressaltar a composição dos rendimentos e da variação patrimonial do primeiro grupo de famílias que receberam até dois salários mínimos (até R\$ 1 908,00) e do último grupo descrito acima que receberam mais de 25 salários mínimos (mais de R\$ 23 850,00). No Brasil, as principais fontes de renda do primeiro grupo foram os rendimentos não monetários com 28,2% do total recebido, os rendimentos de trabalho como empregados

(27,2%) e por conta própria (13,3%), as aposentadorias e pensões do INSS (15,8%) e as transferências dos programas sociais federais (7,7%). Já para o último grupo, as principais fontes foram os rendimentos do trabalho como empregados (34,3%), empregadores (18,4%), a variação patrimonial (15,3%), os rendimentos não monetários (7,9%), as aposentadorias e pensões da previdência pública (7,5%) e rendimentos do trabalho por conta própria (7,4%).

A mesma linha de análise pode ser utilizada nas áreas urbanas, rurais e grandes regiões com os dados da Tabela 16.

Os resultados para o Brasil e para as áreas urbanas são similares, dado que a maior parte das famílias se encontram nestas áreas (86,2%). Nas áreas urbanas, 23,9% das famílias receberam até dois salários mínimos (R\$ 1 908,00) e contribuíram com apenas R\$ 265,93 para média global urbana de R\$ 5 806,24 o que equivale a 4,6% dos valores recebidos. Apenas 14,5% das famílias em áreas urbanas receberam mais de 10 salários mínimos, se apropriando de 47,3% dos valores recebidos ou R\$ 2 771,61 da média global urbana. No extremo da distribuição estão as famílias que receberam mais de 25 salários mínimos. Este grupo representa apenas 3,0% das famílias urbanas, mas contribuiu com R\$ 1 205,81 para a média global urbana e apropriou 20,8% dos valores recebidos nestas áreas.

Na área rural alguns pontos sobre a distribuição dos rendimentos e da variação patrimonial podem ser ressaltados. Como já foi dito, a média mensal é de apenas R\$ 3 050,49, ficando abaixo dos valores médios registrados na área urbana e no Brasil como um todo. Além disso, 42,5% das famílias destas áreas receberam dois salários mínimos ou menos. Estas famílias contribuíram com R\$ 492,81 para a média global rural o que equivale a 16,2% dos valores recebidos nestas áreas. Ao acumular as três primeiras classes temos as famílias que receberam seis salários mínimos (R\$ 5 724,00) ou menos. Neste grupo estão 90,2% (ou 9 de cada 10) das famílias das áreas rurais do País. Estas famílias contribuíram com R\$ 1 954,37 para a média global rural e apropriaram quase 2/3 (mais especificamente 64,1%) dos valores recebidos nestas áreas. Apenas 3,7% das famílias receberam mais de 10 salários mínimos (R\$ 9 540,00) nas áreas rurais, contribuindo com R\$ 475,90 para a média global e apropriando 15,6% dos valores recebidos nestas áreas.

Os recortes regionais também revelam diferenças entre as distribuições dos rendimentos e variação patrimonial no que se refere tanto ao nível (retratado pelas médias de cada região) como na concentração (retratada pelas contribuições de cada grupo) da Tabela 16. Em primeiro lugar, as médias globais do Nordeste (R\$ 3 557,98) e do Norte (R\$ 3 647,70) são mais baixas do que as médias globais do Sul (R\$ 5 995,55), Sudeste (R\$ 6 391,29) ou Centro-Oeste (R\$ 6 772,86). Em segundo lugar, cerca de 2/5 das famílias do Norte (39,1%) e Nordeste (39,4%) viviam com dois salários mínimos ou menos. Apesar de numerosas, estas famílias contribuíram para a média das suas regiões com apenas R\$ 456,18 no Norte e R\$ 464,37 no Nordeste o que equivale, aproximadamente, a uma apropriação de apenas 13,0% dos valores recebidos em cada região (12,5% no Norte e 13,1% no Nordeste). Nas demais regiões, uma proporção menor das famílias vivia com dois salários mínimos ou menos: 14,8% no Sul, 16,4% no Sudeste e 17,6% no Centro-Oeste. Tais famílias contribuíram para as médias globais de suas regiões com R\$ 193,48 (ou 3,2%) no Sul, R\$ 219,56 (ou 3,4%) no Sudeste e R\$ 232,99 (ou 3,4%) no Centro-Oeste.

Segundo as informações da Tabela 16, as diferenças regionais estão ao longo de toda a distribuição de rendimentos e variação patrimonial, não se concentrando apenas nas famílias com os menores rendimentos. Por exemplo, a proporção de famílias que vivia em cada região com seis salários mínimos (R\$ 5 724,00) ou menos foi de 85,0% no Norte, 86,0% no Nordeste, 65,1% no Sul, 67,1% no Sudeste e 67,6% no Centro-Oeste. Tais famílias contribuíram para as respectivas médias globais das suas regiões com R\$ 1 917,51 (ou 52,6%) no Norte, R\$ 1 923,25 (ou 54,1%) no Nordeste, R\$ 1 970,78 (ou 32,9%) no Sul, R\$ 1 982,31 (ou 31,0%) no Sudeste e R\$ 1 1958,94 (ou 28,9%) no Centro-Oeste.

Na parte superior da distribuição estão as famílias que receberam mais de 10 salários mínimos. O percentual das famílias neste grupo foi de 6,2% no Norte, 6,4% no Nordeste, 15,7% no Sul, 16,4% no Sudeste e 17,7% no Centro-Oeste. Tais famílias contribuíram para as respectivas médias globais com R\$ 1 110,08 (ou 30,4%) no Norte, R\$ 1 096,13 (ou 30,8%) no Nordeste, R\$ 2 670,48 (ou 44,5%) no Sul, R\$ 3 240,37 (ou 50,7%) no Sudeste e R\$ 3 777,84 (ou 55,8%) no Centro-Oeste.

No topo da distribuição estão as famílias que receberam mais de 25 salários mínimos em cada região. O percentual das famílias neste grupo foi de 1,0% no Norte, 1,1% no Nordeste, 2,6% no Sul, 3,6% no Sudeste e 4,6% no Centro-Oeste. Tais famílias contribuíram para as respectivas médias globais com R\$ 382,10 (ou 10,5%) no Norte, R\$ 393,25 (ou 11,1%) no Nordeste, R\$ 925,29 (ou 15,4%) no Sul, R\$ 1 506,74 (ou 23,6%) no Sudeste e R\$ 1 936,12 (ou 28,6%) no Centro-Oeste.

Tabela 17 - Contribuição das classes para a despesa total média mensal familiar e percentual acumulado das famílias, por classes de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar - Brasil - período 2017-2018

Classes de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar	Contribuição das classes para a despesa total média mensal familiar e percentual acumulado das famílias	
	Valores acumulados (R\$)	Percentual acumulado das famílias (%)
Total	4 649,03	100,0
Até R\$ 1 908 (1)	356,45	23,9
Mais de R\$ 1 908 a R\$ 2 862	788,90	42,5
Mais de R\$ 2 862 a R\$ 5 724	1 907,76	73,0
Mais de R\$ 5 724 a R\$ 9 540	2 768,28	87,0
Mais de R\$ 9 540 a R\$ 14 310	3 354,66	93,4
Mais de R\$ 14 310 a R\$ 23 850	3 921,95	97,3
Mais de R\$ 23 850	4 649,03	100,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

(1) Inclusive sem rendimento.

A Tabela 17 mostra as médias parciais e a média global da despesa total por classe de rendimentos e variação patrimonial, assim como o percentual das famílias de cada classe. Segundo suas informações, as famílias que receberam dois salários mínimos ou menos (R\$ 1 908,00) contribuíram com R\$ 356,40 para a média global de R\$ 4 649,03, o que equivale uma apropriação de 7,7% das despesas totais.

Ao acumular as quatro primeiras classes da Tabela 17, são agrupadas as famílias que receberam 10 salários mínimos ou menos. Tais famílias, contribuíram com R\$ 2 768,28 para a média global, o que equivale a uma apropriação de 59,5% das despesas totais. Já as famílias que viviam com mais de 25 salários contribuíram com R\$ 727,08 para a média global o que significa uma apropriação de 15,6% das despesas totais. Isso significa que a distribuição da despesa total é menos concentrada do que a distribuição dos rendimentos e variação patrimonial recebidos pelas famílias. Esse fato é de especial interesse para a formulação de políticas públicas e, em particular, para as políticas de combate à pobreza.

Cabe ressaltar que a composição das despesas também varia segundo as classes de rendimento e variação patrimonial. Tal fato já foi explorado na Tabela 6, que lista as despesas, em termos percentuais, das famílias que viviam com menos de dois salários mínimos e daquelas receberam mais de 25 salários mínimos.

Referências

CANCEIS user's guide. Canadian census edit and imputation system. Version 4.5. Ottawa: Statistics Canada - StatCan, Social Survey Methods Division, 2007.

COCHRAN, W. G. *Sampling techniques*. 3rd ed. New York: Willey, c1977. 428 p. (Wiley series in probability and mathematical statistics).

DESPESAS das famílias: Brasil. *In*: ESTUDO nacional da despesa familiar. Dados preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 1981. v. 1, t. 2, pt. 7. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv9884_7.pdf. Acesso em: set. 2019.

DESPESAS, recebimentos e características das famílias, domicílios, pessoas e locais de compra. *In*: PESQUISA de orçamentos familiares 1995-1996: regiões metropolitanas, Brasília - DF, Município de Goiânia. Rio de Janeiro: IBGE, 1999. v. 1. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv81843_v1.pdf. Acesso em: set. 2019.

FREITAS, M. P. S. de *et al.* *Amostra mestra para o sistema integrado de pesquisas domiciliares*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. 67 p. (Textos para discussão. Diretoria de Pesquisas, n. 23). Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/sipd/texto_discussao_23.pdf. Acesso em: set. 2019.

HANSEN, M. H.; HURWITZ, W. N.; MADOW, W. G. *Sample survey methods and theory*. New York: Wiley, 1953. 2 v. (Wiley publications in statistics).

ESTADÍSTICAS de ingresos y gastos de los hogares. Ginebra: Organización Internacional del Trabajo - OIT, 2003. 100 p. Informe II. Trabalho apresentado na 17a Conferencia Internacional de Estadísticos

del Trabajo, realizada em Genebra, 2003. Disponível em: http://www.ilo.org/global/statistics-and-databases/meetings-and-events/international-conference-of-labour-statisticians/WCMS_087590/lang-es/index.htm. Acesso em: set. 2019.

CONFERENCIA INTERNACIONAL DE ESTADÍSTICAS DEL TRABAJO, 17., 2003. Ginebra. *Informe de la conferencia*. Ginebra: Organización Internacional del Trabajo - OIT, 2004. 154 p. Disponível em: https://www.ilo.org/global/statistics-and-databases/meetings-and-events/international-conference-of-labour-statisticians/WCMS_087570/lang-es/index.htm. Acesso em: set. 2019.

PESQUISA de orçamentos familiares 2008-2009: manual do agente de pesquisa. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 300 p. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc2625.pdf. Acesso em: set. 2019.

PESQUISA de orçamentos familiares 2017-2018: manual do agente de pesquisa. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. No prelo.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. *OECD framework for statistics on the distribution of household income, consumption and wealth*. Paris, 2013. 232 p. Disponível em: http://www.oecd-ilibrary.org/economics/framework-for-statistics-on-the-distribution-of-household-income-consumption-and-wealth_9789264194830-en. Acesso em: set. 2019.

PESQUISA de orçamentos familiares 2002-2003: primeiros resultados: Brasil e grandes regiões. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. 266 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=25451>. Acesso em: set. 2019.

PESQUISA de orçamentos familiares 2008-2009: despesas, rendimentos e condições de vida. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. 215 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=245130>. Acesso em: set. 2019.

TRATAMENTO das informações. *In*: PESQUISA de orçamentos familiares. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. (Série relatórios metodológicos, v. 10). v. 2.

CANBERRA GROUP. Canberra Group handbook on household income statistics. 2nd edition. Geneva: United Nations Economic Commission for Europe - Unece, 2011. Disponível em: http://www.unece.org/fileadmin/DAM/stats/groups/cgh/Canbera_Handbook_2011_WEB.pdf. Acesso em: set. 2019.

Equipe técnica

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de Trabalho e Rendimento

Cimar Azeredo Pereira

Gerência da Pesquisa de Orçamentos Familiares

André Luiz Martins Costa

Planejamento, acompanhamento e controle

André Luiz Martins Costa

Isabel Cristina Martins Santos

Jaciara Zacharias da Silva

José Antonio Lutterbach Soares

José Mauro de Freitas Júnior

Juliano José Guimarães Junqueira

Laura Maria do Carmo Arêas

Leonardo Santos de Oliveira

Luciana Alves dos Santos

Marta de Oliveira Antunes

Paulo Roberto Coutinho Pinto

Críticas descentralizadas e centralizadas

André Luiz Martins Costa

Isabel Cristina Martins Santos

Jaciara Zacharias da Silva

José Mauro de Freitas Júnior

Juliano José Guimarães Junqueira

Laura Maria do Carmo Arêas

Leonardo Santos de Oliveira

Paulo Roberto Coutinho Pinto

Planejamento, seleção, controle, expansão da amostra e precisão das estimativas

André Luiz Martins Costa
Paulo Roberto Coutinho Pinto

Métodos de tratamentos das informações

André Luiz Martins Costa
André Gonçalves Miranda de Amorim (consultor)
Isabel Cristina Martins Santos
Jacira Zacharias da Silva
José Mauro de Freitas Júnior
Juliano José Guimarães Junqueira
Leonardo Santos de Oliveira
Paulo Roberto Coutinho Pinto

Tabulação e documentação dos resultados

André Luiz Martins Costa
Isabel Cristina Martins Santos
José Mauro de Freitas Júnior
Juliano José Guimarães Junqueira
Laura Maria do Carmo Arêas
Leonardo Santos de Oliveira
Paulo Roberto Coutinho Pinto

Textos e comentários

André Luiz Martins Costa
Isabel Cristina Martins Santos
José Mauro de Freitas Júnior
Leonardo Santos de Oliveira

Revisão e preparo de originais

André Luiz Martins Costa
José Mauro de Freitas Júnior

Colaboradores**Diretoria de Pesquisas****Coordenação de Trabalho e Rendimento****Gerência de Pesquisas**

Antony Teixeira Firmino

Gerência de Estudos, Métodos e Controle

Gabriel Henrique Oliveira Assunção
Raphael Fernandes Soares Alves
Michelle Menegardo de Souza

Coordenação de Métodos e Qualidade

Marcos Paulo Soares de Freitas

Gerência de metodologia estatística

André Wallace Nery da Costa
Marcus Vinícius Moraes Fernandes

Coordenação Operacional do Censo

Maria Vilma Salles Garcia

Cadastro Nacional de Endereços para fins Estatísticos

Wolney Cogoy Menezes

Escola Nacional de Ciências Estatísticas

Coordenação de Treinamento e Aperfeiçoamento

Bianca Walsh

Gerência de Soluções de Capacitação

Paulo David De Jesus Tostes Dos Santos

Georgia de Souza Assumpção

Ana Paula Donizetti Lins de Albuquerque

Aline Mirilli Martins Dos Santos

Fabio Muniz de Moura

Hugo Sousa Campos

Diretoria de Informática

Coordenação de Atendimento e Desenvolvimento de Sistemas

Claudio Mariano Fernandes

Gerência de Sistemas Populacionais e Sociais

Cristiane de Moura Cruz Oliveira

Edson Costa Braga

Arthur Beltrão Castilho Neto

Luiz Fernando de Moura

Marcio Fernandes Rebelo

Vânia da Silva Boquimpani

Helena Serrão Piccinini

Solange Ferreira Pinto

Coordenação de Operações e Serviços de Informática

Bruno Gonçalves Santos

Gerência de Implantação e Administração dos Serviços em Produção

Edson Orofino de Souza

Julio Cezar Figueiredo

Coordenações Estaduais da POF 2017-2018

Rondônia

Antoniony dos Santos Souza

Acre

Lara Torchi Esteves

João Paulo Feitosa Couto

Amazonas

Riter Lucas Miranda Garcia

Roraima

Luiz Felipe Oliveira Souza

Pará

Max Elias Calil Gomes

Amapá

Ananias do Carmo Picanço

Tocantins

João Francisco Severo dos Santos

Nereu Ribeiro Soares Júnior

Maranhão

Patrícia de Oliveira Borges e Souza

Piauí

Ranieri Ferreira Leite

Ceará

Luciano Oliveira Vieira

Rio Grande do Norte

Damião Ernane de Souza

Carlos Alberto Pinheiro Fontes

Paraíba

Felipe Ferreira Fraga

Pernambuco

Isailda Maria Barros Pereira

Alagoas

Thomázio Bergson Farias Correia

Sergipe

Leonardo Souza Leão Leite de Sá

Bahia

Mateus Rodamilans Bastos

Minas Gerais

Alexandre de Lima Veloso

Espírito Santo

Ilmar Vicente Moreira

Rio de Janeiro

Júlia Brandão Teixeira de Freitas

São Paulo

Eugenio Carlos Ferreira Braga

Paraná

Flávio Roberto Schuler de Oliveira

Santa Catarina

Fabiano Rodolfo

Rio Grande do Sul

Marcelo dos Santos Malheiros

Mato Grosso do Sul

Sylvia Martinez Assad de Oliveira

Mato Grosso

Nivaldo de Souza Lima

Goiás

Mariana Borges Celani

Distrito Federal

Vladimir de Andrade Stempliuik

Projeto Editorial

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Coordenação de Produção

Marisa Sigolo Mendonça

Gerência de Editoração

Estruturação textual

Fernanda Jardim

Leonardo Martins

Diagramação tabular e de gráficos

Márcia do Rosário Brauns

Leonardo Martins

Solange Maria Mello de Oliveira

Diagramação textual

Solange Maria Mello de Oliveira

Gerência de Documentação

Pesquisa e normalização documental

Ana Raquel Gomes da Silva

Fabiana do Nascimento Cortes Muniz (Estagiária)

Juliana da Silva Gomes

Lioara Mandoju

Nádia Bernuci dos Santos

Normalização textual e padronização de glossários

Ana Raquel Gomes da Silva

Elaboração de quartas capas

Ana Raquel Gomes da Silva

Gerência de Gráfica

Ednalva Maia do Monte

Impressão e acabamento

Newton Malta de Souza Marques

Helvio Rodrigues Soares Filho

Se o assunto é **Brasil**,
procure o **IBGE**.



/ibgecomunica



/ibgeoficial



/ibgeoficial



/ibgeoficial

www.ibge.gov.br 0800 721 8181

PESQUISA DE ORÇAMENTOS FAMILIARES 2017 - 2018

PRIMEIROS RESULTADOS

Com o lançamento desta publicação, o IBGE dá início à divulgação dos resultados da Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2017-2018, para cuja realização o Ministério da Saúde, sob parceria, propiciou aporte de recursos financeiros e apoio técnico.

A POF 2017-2018 é a sexta pesquisa realizada pelo IBGE sobre orçamentos familiares. As pesquisas anteriores foram o Estudo Nacional da Despesa Familiar - ENDEF 1974-1975, com âmbito territorial nacional, à exceção das áreas rurais das Regiões Norte e Centro-Oeste; POF 1987-1988; POF 1995-1996; POF 2002-2003; e POF 2008-2009. As edições dos anos 1980 e 1990 ficaram restritas às Regiões Metropolitanas de interesse do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor - SNIPC, do IBGE. A partir da POF 2002-2003, a abrangência geográfica da pesquisa passou a ser nacional.

Destaca-se, nesta edição do levantamento, a introdução da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar - EBIA, que mensura a percepção em relação ao acesso aos alimentos. A introdução deste instrumento possibilitará estudos que levarão em consideração as informações de consumo das famílias, além de outras características das pessoas moradoras e do domicílio, com vistas à construção de indicadores previstos nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS. Essa escala, cumpre informar, é uma versão adaptada do método originalmente concebido pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (United States Department of Agriculture - USDA), em meados da década de 1990, e sua validação, no Brasil, foi conduzida por pesquisadores da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP .

Os resultados ora divulgados referem-se às aquisições monetárias e não monetárias efetuadas, aos rendimentos e à variação patrimonial das famílias – aspectos básicos para a análise dos orçamentos domésticos –, os quais são apresentados para Brasil e Grandes Regiões, em nível de total. Para algumas abordagens, os comentários contemplam comparações com edições anteriores de levantamentos congêneres, incluindo o ENDEF 1974-1975.

A publicação reúne, ainda, notas técnicas com considerações metodológicas sobre a pesquisa, com ênfase nos principais conceitos e definições.

O volume também está disponível no portal do IBGE na Internet, onde estão disponibilizadas as tabelas de resultados, inclusive para outros níveis geográficos, tabelas de coeficientes de variação para resultados selecionados, bem como os instrumentos de coleta utilizados na POF 2017-2018.

Temas como análise do consumo de alimentos e segurança alimentar, entre outros, serão objetos de publicações futuras.

